

# FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO SINDICAL

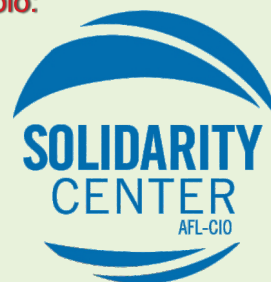
## Resistência, Organização e Luta



Realização:



Apoio:



# Módulo 1

## Organização Sindical



# Macrossetor da indústria da CUT

Solidariedade e organização na Luta



Reprodução: Cartilha MSI CUT



# Macrossetor da indústria da CUT

## Oportunidade e desafios

Com a finalidade de organizar os diversos Ramos da CUT e, assim, potencializar a luta dos trabalhadores e trabalhadoras, articulando os sindicatos, federações e confederações, em 2012 durante o 11º CONCUT foi deliberado:

“Para avançar na atualização da estrutura vertical, a CUT decide constituir um espaço nacional dos macrossetores (Indústria, Comércio e Serviços, Rural e Serviço Público), visando elaborar uma proposta final de organização setorial para o 12º CONCUT, efetuando uma avaliação parcial na 14ª Plenária Nacional”

Após a aprovação da resolução que fomentava a criação dos macrossetores, o Macrossetor da Indústria da CUT iniciou um conjunto de ações para o fortalecimento de uma política mais integrada entre os ramos: Metalúrgico, Químico, Vestuário, Alimentação, Construção e Madeira e Sinergia.

Ao longo dos últimos anos foram inúmeras ações desenvolvidas pelo Macrossetor da Indústria da CUT, como reuniões estratégicas para definição de políticas de integração articulada, seminários para discussão dos rumos da indústria bem como promoção de agendas dos trabalhadores de política de desenvolvimento industrial, realização de plenárias estaduais, encontros com temáticas específicas de gênero, juventude e racial na busca pela igualdade de direitos, audiências públicas, atividades para enfrentamento das reformas trabalhista e da previdência e mais recentemente a organização de um coletivo jurídico para qualificar o debate frente aos temas que ameaçam direitos da classe trabalhadora

A atuação do Macrossetor da Indústria da CUT também tem sido efetiva em âmbito internacional através da participação de intercâmbios e interações com entidades sindicais parceiras de outros países, trocando experiências e buscando a construção de propostas de políticas que apoiem e fomentem a solidariedade sindical.

A SOLIDARIDADE norteia o Macrossetor da Indústria. Os ramos têm agido com cooperação mutua seja por meio de greves, manifestações, na organização de políticas sindicais, ações nas portas de fábrica ou via promoção de unidade de luta.

Já são cinco anos de existência e o Macrossetor da Indústria da CUT inova como exemplo de organização sindical e traz desafios a todo o movimento sindical brasileiro, o Instituto da Indústria é exemplo desta inovação e cada dia é uma realidade mais presente. A indústria é peça fundamental para o desenvolvimento do nosso país e somente a integração dos ramos e dos seus trabalhadores e trabalhadoras construirá um caminho possível de transformação da sociedade brasileira.

### **Macrossetor da indústria, juntos somos fortes**

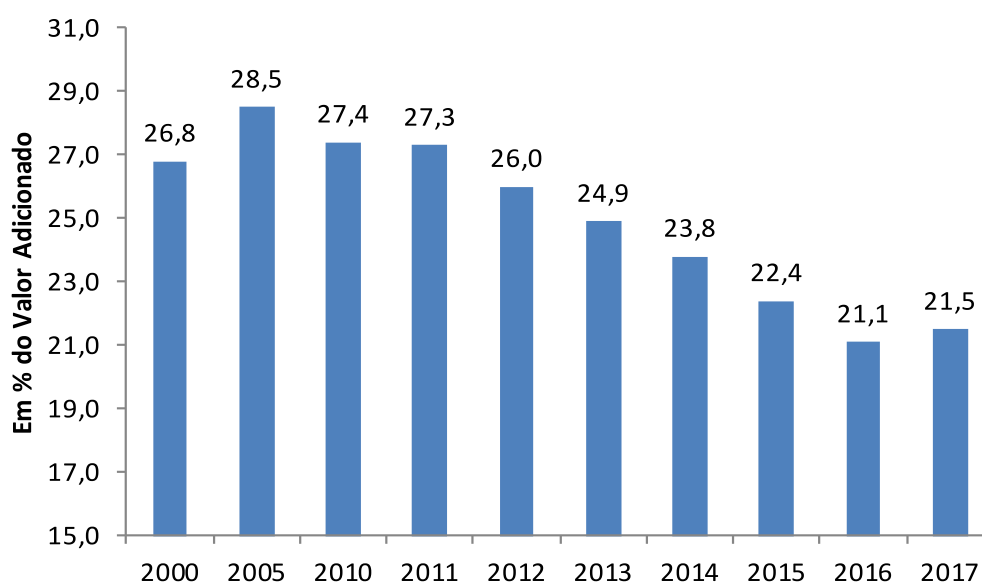
#### **Coordenação do Macrossetor da Indústria da CUT**

**Paulo Cayres** – CNM-CUT, **Lucineide Varjão** – CNRQ-CUT, **Cida Trajano** – CNTRV-CUT, **Siderlei Oliveira** – CONTAC, **Claudio Gomes** - CONTICOM, **Carlos Alberto Alves** - SINERGIA-CUT

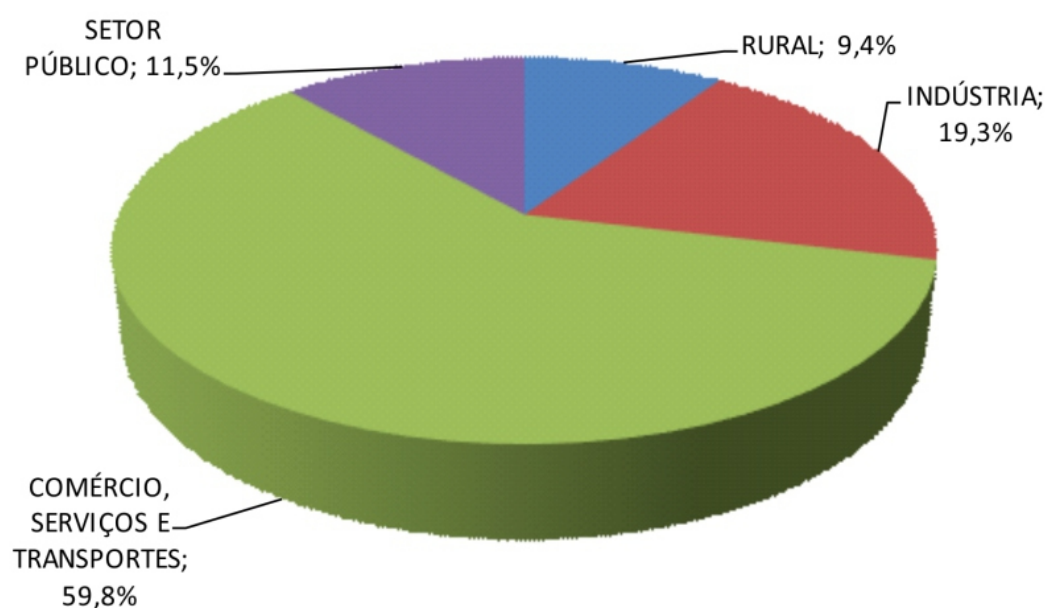
Apesar de cadente nos últimos anos, a Indústria é ainda uma das atividades econômicas mais relevantes no Brasil, sendo seu parque industrial um dos mais diversificados entre os países em desenvolvimento e ainda responsável por quantidade considerável de empregos.

Mesmo com todos contratemplos, não é possível pensar em um desenvolvimento econômico sustentável no Brasil sem um processo de fortalecimento do setor, sendo para isso necessário uma verdadeira “reindustrialização” do país.

**GRÁFICO 1: Participação do Macrossetor Indústria no Valor Adicionado total do Brasil (em%)**



**GRÁFICO 2: Distribuição do total de ocupados (as) por macrossetor, 1º trimestre 2018**



Fonte: elaboração SUBSEÇÃO DIEESE/CUT-Nacional a partir de microdados PNAD Contínua, 1º trimestre 2018 e SCN-IBGE ,

# Setores dos ramos

## Ramo Químico:

- Adubos e Fertilizantes
- Borracha
- Defensivo Agrícola
- Farmacêutico
- Hig. Pessoal, Perf. E Cosméticos
- Minérios
- Papel e Celulose
- Petróleo e Gás
- Plástico
- Produtos de Limpeza
- Químicos para fins industriais
- Tintas e Vernizes
- Vidro

## Ramo Alimentação:

- Óleos e Cereais
- Laticínios
- Balas e Chocolates
- Bebidas
- Frigoríficos
- Fumo e Erva Mate
- Panificação
- Cana e Café
- Cozinha Industrial
- Pesca

## Sinergia:

- Geração, Trans. e Distrib. de Energia Elétrica e Gás Natural Canalizado
- Hidrovias
- Eclusas
- Prestadores de Serviços nessas atividades

## Ramo Construção e Madeira

- Construção
- Madeira
- Cimento
- Cal
- Gesso
- Mobiliário
- Estradas
- Pavimentação
- Terraplenagem
- Fibrocimento
- Montagem e Manutenção Industrial
- Pré- Moldados
- Mármore e Granito

## Ramo Metalúrgico:

- Aeroespacial e Defesa Nacional
- Automotivo
- Bens de Capital
- Eletroeletrônico
- Naval
- Materiais de Transporte
- Siderurgia
- Metalúrgica Básica

## Ramo Vestuário:

- Têxtil
- Couro
- Calçados
- Confecções

SOMOS CUT, SOMOS FORTE!



# A IMPORTANCIA DA SINDICALIZAÇÃO

**D**esde o surgimento do sindicalismo uma das principais preocupações foi a de que os/as trabalhadores/as pudessem se ver enquanto classe, despertando assim o senso crítico da realidade.

No Brasil em especial após o ano de 1978, com a retomada do sindicalismo, através das vitórias de oposições sindicais, foi possível transformar velhas estruturas em sindicatos autênticos e combativos, dando assim, prioridade a questão da sindicalização e a organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

A criação da CUT em 28 de agosto de 1983, ampliou e amplificou estas demandas, fazendo com que tanto a sindicalização como a organização fossem tratadas como prioridades pelos sindicatos filiados, uma vez que a força dos sindicatos está na organização dos trabalhadores e no seu número de trabalhadores filiados, ou seja, torna-se necessário desenvolver programas de recrutamento e sindicalização dos trabalhadores não sindicalizados a fim de assegurar a viabilidade futura dos sindicatos.

Porque é que a sindicalização se tornou numa prioridade?

Em primeiro lugar porque a representação do sindicato é medida pelo número de filiados. Ou seja, quanto maior o número de filiados, maior poder de mobilização e negociação.

Em segundo, porque temos verificado e vivenciado nos últimos 35 anos as mudanças radicais que vem ocorrendo no mundo do trabalho, e que tem trazido enormes impactos para os Sindicatos.

Nos anos 80 vivenciamos um forte de crescimento do movimento sindical organizado. Apesar das perdas salariais em decorrência do processo inflacionário, foi um período que permitiu a ascensão do movimento sindical e social, os sindicatos juntamente com as centrais sindicais e os movimentos populares foram protagonistas das lutas contra o regime militar, dando sustentação ao movimento das diretas já na assembleia constituinte, onde se avançou na garantia de direitos para a classe trabalhadora.

Nos anos 90, a tônica do período, foram as lutas

contra o desemprego, a resistência as políticas neoliberais, que levaram a abertura indiscriminada da economia brasileira. Neste período lutamos contra a visão de estado mínimo, a privatização, a desregulamentação, a concorrência, a automação e a subcontratação que levaram a uma enorme redução do número de trabalhadores e conseqüentemente a uma redução do número de sindicalizados, onde as empresas se aproveitaram para demitir prioritariamente sindicalizados. Ao mesmo tempo verificou-se a entrada no mercado de empresas que através da reestruturação produtiva, da automação e informatização, reduziram os postos de trabalho, bem como, estabeleceram como exigência novos perfis de capacitação profissional dos trabalhadores. Paralelamente a esta situação, assistimos ao aparecimento de Empresas multinacionais muitas delas com um comportamento antissindical que estabeleceram novos mecanismos de pressão sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Neste período, as empresas sofreram mudanças radicais resultantes da introdução de novas tecnologias. Como conseqüência, apareceram novas profissões e novos métodos de trabalho, novos tempos de trabalho, trabalho atípico, etc.

Nos anos 2000, vivemos um híbrido de lutas de resistências a fim de evitar retrocessos e retirada de direitos, e um período de recuperação das perdas econômicas e de reorganização e reafirmação dos sindicatos como instrumentos de luta e de organização. É neste período que as empresas passam a utilizar a terceirização de mão de obra, subcontratada e externa como forma de redução de custos, impactando diretamente a representação dos sindicatos. Isto rompe drasticamente com o conceito de um emprego para toda a vida, criando trabalhadores diferenciados, onde alguns tem direitos trabalhistas e proteção social e outros vivem a margem da legalidade, expostos a toda a sorte de abusos e opressão, estabelecendo novos desafios ao movimento sindical, pois estes trabalhadores terceirizados não podem por lei serem representados pelos sindicatos das atividades preponderantes, impactando assim negativamente na organização, representação



e sindicalização destes trabalhadores/as. Nos anos 2010, estamos vivenciando um novo processo de ataque aos direitos dos trabalhadores/as. As empresas tem adotado novas formas de trabalho baseadas na flexibilidade de jornada de trabalho que se dá através de bancos de horas para os setores produtivos e flex-time, home office, para os setores administrativos, estabelecendo assim novos desafios para os Sindicatos no que se refere a representação e sindicalização destes trabalhadores.

Outros desafios são decorrentes das doenças profissionais decorrentes do ritmo de trabalho e do crescente numero de casos de assédio moral e sexual que ocorrem nos locais de trabalho, seja nos setores produtivos, sejam nos setores administrativos.

Tudo isso coloca na ordem do dia e na agenda sindical novos desafios como por exemplo como despertar o senso crítico dos trabalhadores/as e demonstrar a importância de se fortalecer os sindicatos como ferramentas de organização e de representação, portanto, se quisermos ser bem sucedidos, teremos de mudar o nosso método de trabalho, as nossas agendas de negociação tradicionais, a nossa organização e as nossas prioridades.

No passado, certamente por razões que se justificavam, os sindicatos utilizavam como elementos de sindicalização os serviços prestados no âmbito da saúde do trabalhador, no trabalho de base, nos processos negociais, no portfólio de serviços prestados e das estruturas oferecidas. Hoje, estas questões em alguma medida estas políticas estão ultrapassadas, ou não são mais eficazes no passado. Agora, temos de concentrar-nos em sindicalizar estes “novos trabalhadores”, para tanto, desenvolver **uma cultura de sindicalização** é a chave para o sucesso. Esta nova cultura de sindicalização precisa ter uma linguagem e inserção neste novo mundo do trabalho, dialogando com as diversas realidades, buscando assim, estabelecer formas de passar credibilidade que incentivem os trabalhadores a se sindicalizarem, fidelizando-os para a partir daí estabelecer cenários de crescimento da sindicalização, baseados na defesa dos direitos dos trabalhadores, na melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores e consequentemente contribuir para a criação de uma sociedade

melhor e mais justa.

Devemos buscar ouvir e saber das expectativas dos trabalhadores que compõe esta nova geração, para tanto, é necessário questionar as crenças adquiridas e a adoção de uma postura mais aberta que permita percebermos e dialogarmos com as suas preocupações e expectativas, pois, é imperativo ir de encontro as suas necessidades.

Apenas desta maneira poderemos ter esperança de ampliar a sindicalização no geral e em especial nos setores que temos hoje pouquíssima penetração como é o caso do setor administrativo. Os Sindicatos têm de reconhecer que a negociação do tradicional acordo coletivo de trabalho não pode e não deve ser a única forma de dar resposta aos interesses dos seus sócios. O uso de novos métodos e a disponibilização de novos serviços serão necessários. Resumindo, se os Sindicatos quiserem ser fortes e respeitados, bem como, manter a sua influência, os mesmos terão de se modernizar, terão de mudar o modo como trabalham e investir ainda mais na sindicalização.

Não existe um só e único modelo para a sindicalização. Existem obviamente muitas técnicas e formas de sindicalizar. A experiência acumulada tem mostrado que os sindicatos devem alterar/adequar suas políticas e praticas de sindicalização. A Dinamização Sindical tem que ser simultaneamente **um compromisso de longo prazo e um trabalho diário**. Não podemos contudo esperar resultados de um dia para o outro, mas não nos devemos se deixar desencorajar por este fato. A experiência demonstra que a sindicalização é um bom investimento para o futuro. A nível de CUT é possível organizarmos atividades para a troca de experiências e de cooperação através de exemplos exitosos de sindicalização de jovens, mulheres, etc.

A Dinamização Sindical não é só para alguns ativistas sindicais. Todos os membros do Sindicato (direção e militância sindical) deverão estar empenhados em sindicalizar. Apenas através do esforço e empenho coletivo os Sindicatos poderão recuperar a sua força, e serem efetivamente representativos. **Vamos todos juntos, fazer da sindicalização uma prioridade e pô-la no topo da nossa agenda sindical.**

**Elias Soares (Pintado)**

Assessor Sindical - Químicos de SP



# O porque da sindicalização?

Para que se possa entender a importância de ser sindicalizado, primeiro deve-se entender o que é um sindicato: Sindicato é uma associação de pessoas que fazem parte de um mesmo segmento trabalhista. Seu objetivo principal é a defesa dos interesses econômicos, profissionais, sociais e políticos de seus associados. Também é papel dos sindicatos organizar greves e manifestações voltadas para a melhoria salarial e das condições de trabalho da categoria.

Os sindicatos dedicam-se também aos estudos da área em que atuam, realizando atividades voltadas para o aperfeiçoamento profissional dos associados, como palestras, reuniões e cursos.

No Brasil, existem Federações e Confederações de trabalhadores que tem o papel de representar os interesses dos trabalhadores juntamente com os sindicatos filiados a ela. Temos também no Brasil as centrais sindicais, que no nosso caso é a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que é a maior central do Brasil e da América Latina e que reúne sindicatos de diversas categorias.

A entidades que integram o Macrossetor da Indústria da CUT são compostas por um grande número de trabalhadores com interesses diversos, ao ser sindicalizado, o trabalhador começa a fazer parte de um grupo com objetivos em comum: salário digno, melhores condições de trabalho, benefícios, perspectivas de crescimento na carreira, estabilidade, relações de trabalho democráticas, etc.

Cobranças, lutas e reivindicações fazem parte do cotidiano dos trabalhadores, estão sempre no centro das disputas e conflitos inerentes à luta de classe. Neste ponto fica muito evidente a importância do sindicato: quanto mais organizado o trabalhador estiver, mais chances de vitória ele terá. Para vencer qualquer luta, é imprescindível que os trabalhadores façam parte de um sindicato forte, representativo e combativo.

Direitos e avanços são conquistados a base de muitas disputas e conflitos, e são fruto de uma luta coletiva. Ao sindicalizar-se, o trabalhador/a assume o seu papel de protagonista nas lutas e

conquistas da sua categoria. A unidade é o que nos torna fortes e o sindicato é o nosso principal elo de união e transformação.

As categorias industriais têm demandas cada vez maiores: condições seguras de trabalho, saúde ocupacional, aposentadoria especial, regimes e jornadas de trabalho compatíveis, recomposição dos efetivos, novas tecnologias, sem falar em questões mais abrangentes, como tercerização, políticas de gestão, etc.

No caso dos sindicatos combativos, a organização sindical é forte e representativa porque foi construída democraticamente pelos trabalhadores. É no chão da fábrica que nasce o sindicato e é nas bases que deve se consolidar a sua sustentação e apoio. Cada vez que um trabalhador/a se sindicaliza, mais representativo e forte fica o sindicato, assim, temos muito mais condições de ampliar nossos direitos, fiscalizar o acordo coletivo, denunciar irregularidades, corrigir distorções e avançar na luta por novas conquistas.

O trabalhador sindicalizado é, acima de tudo, solidário. O trabalhador sindicalizado defende seus direitos e age em prol da categoria. O trabalhador sindicalizado sabe que as conquistas são coletivas e a luta também.

Nas últimas décadas, os trabalhadores conquistaram muitos espaços, mas o nível de Sindicalizados ainda precisa ser mais forte para que possamos ter mais avanços e conquistas. É pensando nisso, que todos os anos a diretoria do Sindicato realiza a campanha de Sindicalização junto aos trabalhadores da categoria, o objetivo principal é fortalecer a sua luta, pois quanto maior o número de Sindicalizados, mais forte fica o Sindicato para defender os seus interesses e os interesses coletivos dos trabalhadores/as.

Quanto mais trabalhadores participam da entidade sindical, maior força e voz ele terá dentro da sociedade. Mas qual é a importância de ser sindicalizado? Qual a função de um sindicato e como ele pode ser útil à classe trabalhadora?

A sindicalização é a chave para o fortalecimento da entidade. É o único meio pelo qual os

trabalhadores garantem sustentação e representatividade. Com a crise do capital e a conseqüente exploração e diminuição das condições de trabalho, as categorias são fortemente atacadas pelos patrões, e esse, é um dos principais motivos para os trabalhadores fortalecerem seu sindicato.

A importância da sindicalização está sustentada em alguns pontos básicos. É a partir dessa iniciativa, tomada de forma individual ou coletiva, que se fortalece a entidade sindical, legítima representante dos interesses da categoria.

Um sindicato atuante, bem estruturado, é a demonstração clara de uma categoria bem organizada e unida, fortalecida para os conflitos naturais que se estabelecem na relação entre capital e trabalho. São embates dos quais não podemos nos furtar de ser agentes, de impor nossas posições em assuntos das mais variadas esferas, como por exemplo, as investidas do governo e dos patrões contra as conquistas dos trabalhadores e que se refletem diretamente no nosso dia-a-dia.

A campanha salarial, realizada todos os anos, é outra situação que requer mobilização da categoria e firme atuação dos sindicatos. É essa a oportunidade que os trabalhadores têm para discutir com os patrões, através de sua representação sindical, para corrigir distorções salariais, buscar ganhos reais de remuneração e preservar ou estabelecer novos mecanismos que garantam melhores condições de trabalho. Destacam-se ainda melhorias na qualidade de vida, negociadas em convenções e acordos coletivos de trabalho, assegurados por meio das denominadas cláusulas sociais, onde estão incluídos benefícios como os auxílios-creche, filhos excepcionais, tíquetes-alimentação, cesta-alimentação, etc.

A assistência jurídica aos trabalhadores da categoria é outra função primordial de responsabilidade do sindicato, área que o sindicato atua com total empenho e atenção na vigilância dos direitos, assistindo-os nas rescisões de contrato de trabalho, em reclamações trabalhistas e ações judiciais que cobram indenizações por acidentes de trabalho em casos de LER/DORTs e demais seqüelas resultantes do ritmo e das condições de trabalho.

Além disso, diariamente, a entidade posiciona-

se atenta ao cumprimento da legislação e dos instrumentos coletivos de trabalho, mantendo-se sempre aberta às denúncias de irregularidades, acionando o Poder Judiciário e os órgãos de fiscalização competentes, a exemplo da DRT, Ministério Público, etc.

Além da longa experiência na atuação sindical e da estrutura de atendimento aos trabalhadores/as através da sede e sub-sedes, o atendimento se complementa com serviços de atendimento na área jurídica e da saúde do trabalhador, além dos espaços de lazer e os mais variados convênios.

O sindicato também atua nas negociações com os sindicatos patronais, para a celebração das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's), garantindo conquistas sociais e econômicas; na representação política da categoria, participando das ações de cidadania ou de denúncias de atos contra os direitos dos trabalhadores e da sociedade; no fortalecimento da categoria, na fiscalização do cumprimento das conquistas da categoria; na promoção da cultura e na atualização profissional, por meio da oferta de cursos, palestras e oficinas; na defesa de uma educação de qualidade, com condições dignas de trabalho e vida para a categoria.

Participar dos debates de todos os temas relacionados ao nosso cotidiano é fundamental, para tanto o sindicato incentiva que seus representados participem de todas as ações realizadas pela entidade, bem como, dos diversos espaços na sociedade como: igreja, escola, movimentos de bairro, partido político, etc., pois somente assim poderemos encontrar os caminhos para transformar os quadros das desigualdades que ainda prevalecem.

Quanto mais trabalhadores participam de sua entidade de classe, maior a sua força na sociedade. Mas qual é, exatamente, a importância de ser sindicalizado? Qual a função de um sindicato e como ele pode ser útil à classe trabalhadora?

A sindicalização é a chave para o fortalecimento da entidade. "É o melhor instrumento que os trabalhadores têm para garantir conquistas. Porque somente a sindicalização pode garantir o fortalecimento e a solidificação do Sindicato, dando-lhe sustentação e representatividade".

Na maioria das empresas, a jornada de trabalho é ignorada com cargas diárias excessivas, as

relações de trabalho estão cada vez mais precarizadas, o vínculo trabalhista nem sempre é formal, as empresas abusam do trabalho temporário e terceirizado, somente um sindicato representativo e reconhecido pela categoria tem mais chances de garantir conquistas.

O Brasil é o país com o maior número de trabalhadores sindicalizados na América do Sul. São Paulo é o estado onde há o maior número de sindicalizados no Brasil e onde se concentram a maioria das empresas, é onde também elas fazem as maiores maldades contra a categoria. O Sindicato tem combatido todos esses crimes contra a categoria.

O Sindicato é uma instituição fundamental da sociedade democrática. O trabalhador sozinho, isolado, torna-se muito fragilizado na relação com os empresários compradores de sua força de trabalho. Já a revolução industrial mostrou claramente a necessidade desta união dos trabalhadores. Sem os sindicatos nós, assalariados, não temos nenhuma força para ampliar nossas conquistas trabalhistas.

A importância de alguns sindicatos extrapola o universo das categorias. Certamente, os sindicatos representados neste curso são alguns dos que tiveram um papel de destaque nas lutas pela redemocratização do país e, hoje, exerce um papel importante no que diz respeito ao enfrentamento da conjuntura política e

econômica.

A sindicalização dá ao trabalhador a sensação de que faz parte de uma categoria profissional com interesses específicos bem definidos. Sabemos que não estamos sozinhos na eventualidade de um conflito trabalhista. Os sindicatos são uma ferramenta histórica de união dos trabalhadores e permanecem como um porto seguro de defesa dos interesses da categoria.

É importante ressaltar que o Sindicato é fundamental quando consegue mobilizar a categoria e ao mesmo tempo fazer a categoria perceber a importância dele. É necessário ter lideranças capazes de mobilizar a categoria e fazer com que ela sinta que não está sozinha, que está cumprindo sua função de atender as necessidades.

É importante o trabalhador ser sindicalizado para que a categoria tenha força e voz. Somente com a atuação e a participação do trabalhador, a entidade terá representatividade e poder de negociação na defesa dos seus direitos. Quem faz o Sindicato é o próprio trabalhador. Ao participar das discussões e votações em assembleias dos temas importantes, ele consegue avanços e melhorias.

Texto usado no curso sobre “Fortalecimento do Trabalho de Base”



# Mesa de Debates “Experiências Organizativas Inovadoras”

11 de junho de 2019 - Recife/PE

Campanha de Sindicalização NISSAN – Mississippi, EUA (2011 – 2017)

UAW - United Auto Workers Union - International Union, United Automobile, Aerospace and Agricultural Implement Workers of America

**F**undado na década de 30, com sede em Detroit (Michigan), o UAW possui 1,2 milhão de sócios aposentados e ativos. De 1980 a 2010, o UAW passou por um período de declínio constante. A transferência das montadoras para outros países e a mecanização de vários processos na década de 70 reduziu o número de associados.

O principal foco da entidade no momento é a precária situação dos trabalhadores da indústria automotiva no Sul dos Estados Unidos. Além do setor automotivo (montadoras e auto-peças), o UAW representa trabalhadores de hospitais, ensino superior, organizações privadas sem fins lucrativos e jogos de azar.

As multinacionais, que começaram a transferir suas plantas para o Sul dos Estados Unidos há 20 anos, têm resistido à sindicalização. Entre as multinacionais que se instalaram no Sul estão Toyota, Mercedes, BMW e Nissan. A montadora de origem japonesa tem dificultado de maneira mais sistemática a organização dos trabalhadores em sindicatos. A Nissan é acusada de promover uma agressiva e sistemática campanha antissindical na fábrica localizada na cidade Canton, no estado do Mississippi, nos Estados Unidos, com a finalidade de impedir que seus trabalhadores se organizem em um sindicato e, conseqüentemente, estejam habilitados a assinar um acordo coletivo.

Os trabalhadores das montadoras norte-americanas são 100% sindicalizados (**Ford, General Motors e Chrysler-Dodge**). Isso possibilitou que fossem assinados acordos coletivos benéficos aos trabalhadores ao longo das últimas décadas.

Em 2011, o United Auto Workers embarcou em uma batalha para organizar a fábrica da Nissan, em Mississippi, inspirando-se na famosa luta

travada no estado durante o movimento pelos direitos civis. O sindicato viu na estratégia de retratar o direito de sindicalização livremente como um direito civil básico. A tática poderia ressoar na fábrica de Canton Mississippi, onde um estimado de 70 por cento da força de trabalho é afro-americana.

## Fatos sobre a NISSAN Mississippi, USA

1. No estado do Mississippi, a Nissan tem realizado uma campanha agressiva de intimidação de seus trabalhadores, negando-lhes direitos básicos, como a organização em sindicatos. Desde que iniciou o processo de contratação para a fábrica do Mississippi, EUA, em 2003, a empresa diz não querer que os funcionários se organizem em um sindicato.
2. O UAW recebeu a primeira ligação de trabalhadores da Nissan interessados em formar um sindicato em 2005. Os trabalhadores mais ativos na campanha criaram um Comitê para uma Eleição Justa (FEC – Fair Election Committee, em inglês), em 2011.
3. Em 2012, o Deputado Federal Bennie Thompson organizou uma reunião de líderes e ativistas que deu origem à Aliança para Justiça na Nissan em Mississippi, MAFFAN, comitê comunitário de solidariedade e monitoramento. Os integrantes do Comitê são residentes do Mississippi. Participam do grupo líderes religiosos, políticos, membros da sociedade civil, do movimento estudantil, entre outros. Todos se comprometeram a realizar ações para que houvesse uma eleição sindical “justa” na fábrica em Canton.
4. A Nissan é obrigada a cumprir as normas internacionais do trabalho sob a égide das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para as Empresas

Multinacionais, dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, de outras normas trabalhistas globais, e através de sua participação no Pacto Global da ONU, que tem requisitos semelhantes.

**5.** A campanha sistemática e implacável da Nissan contra a formação de um sindicato na fábrica de Canton viola claramente as normas internacionais sobre a liberdade de associação dos trabalhadores. A administração da empresa sujeita os trabalhadores a mensagens anti-sindicais ao estilo do “Big Brother” em monitores de TV, dentro da fábrica. A administração força os trabalhadores a assistirem a reuniões de audiência cativa, com sugestões ligeiramente dissimuladas de postos de trabalho perdidos e ameaças implícitas de que a Nissan não colocará novos produtos na fábrica se os trabalhadores formarem um sindicato.

**6.** Após cinco anos de serviço, os funcionários da produção da Nissan atingem o nível salarial máximo de US\$23,22 por hora. No entanto, trabalhando ao lado de funcionários contratados diretamente estão centenas de trabalhadores contratados por agências de trabalho temporário. Muitos desses trabalhadores começam ganhando cerca de \$12,00 por hora.

**7.** Os trabalhadores da Nissan em todo o mundo são representados por sindicatos, começando por seu país natal com o sindicato de Trabalhadores da Indústria Automóvel do Japão (JAW, Japanese Auto Workers). Os trabalhadores da Nissan na Austrália, Espanha, Reino Unido, Rússia, México, África do Sul e outros países também têm sindicatos. São relações de negociação coletiva mutuamente benéficas, que respeitam as necessidades da empresa e satisfazem as necessidades dos funcionários.

**8.** Os trabalhadores expressaram muitos motivos por que recorreram ao UAW para obterem ajuda na fábrica da Nissan. Relataram o que entendiam como:

- a. favoritismo e tratamento injusto por parte dos administradores e supervisores
- b. atribuição de tarefas como forma de retaliação
- c. falta de consideração pelos mais velhos
- d. aplicação díspar e injusta da política de comparecimento
- e. necessidade de melhorias na saúde e segurança

- f. disparidade de pagamento com a fábrica da Nissan em Smyrna, Tennessee
- g. funções acrescidas sem pagamento adicional
- h. negação do uso do banheiro
- i. congelamento do plano de pensão
- j. responsabilização dos funcionários pelos defeitos de qualidade quando não foi culpa deles
- k. administradores que dizem “tem sorte em ter este emprego e, se não gostar, ali está a porta de saída”.
- l. ameaças de que a fábrica fechará, caso os trabalhadores escolham o UAW para representá-los
- m. ameaças de que a Nissan não colocará novos produtos na fábrica, caso os trabalhadores escolham o UAW para representá-los
- n. trabalhadores sendo interrogados sobre suas convicções sindicais
- o. vigilância dos apoiadores sindicais conhecidos
- p. isolamento dos apoiadores sindicais conhecidos do resto dos funcionários
- q. retaliação contra os apoiadores sindicais nas atribuições de tarefas e ações disciplinares
- r. solicitar reclamações dos funcionários, enfraquecendo o argumento do sindicato de que não há um procedimento formal para tal.

**9.** Uma investigação do Conselho Nacional de Relações Trabalhistas dos EUA (NLRB) incorporou, a partir do relatório “Escolhendo Direitos”, a denúncia de que a Nissan teria violado a lei federal, discriminando ilegalmente, sido responsável por um ato de retaliação contra o simpatizante declarado do sindicato Willard 'Chip' Wells e interferido ilícitamente no direito dos simpatizantes do sindicato de distribuir materiais promocionais. Após ter aparecido na televisão debatendo a sindicalização no começo de 2014, o Sr. Wells sofreu uma campanha de assédio intensa por parte da gerência. O empregado recebeu três advertências formais ao longo de uma semana, contradizendo seu histórico de 11 anos de excelência profissional. A NLRB determinou a remoção destas advertências do histórico do Sr. Wells e concluiu que a Nissan havia interferido no direito legal de circular informação sobre sindicalização fora do horário de trabalho.



**10.** Em janeiro de 2014, a Nissan demitiu Calvin Moore, outro conhecido simpatizante do sindicato. O empregado só foi recontratado após uma forte pressão interna e externa. Houve uma onda de manifestações de trabalhadores que incluiu protestos na fábrica brasileira da Nissan em São José dos Pinhais (PR) e de estudantes e organizações comunitárias do Mississippi. Neste caso específico, a pressão conjunta no Brasil e nos Estados Unidos deu resultado, mas o medo de demissão de outros empregados persistiu. A situação não mudou.

**11.** Em 2015, a Nissan instituiu uma nova regra: submeter empregados feridos a exames de doping antes de receber um tratamento adequado. Muitos trabalhadores desconfiaram dos resultados dos testes feitos na empresa e, em muitos casos, exames independentes deram resultados opostos. Diante disso, muitos empregados têm optado por não declarar acidentes de trabalho.

**12.** A Nissan é conhecida nos Estados Unidos pela contratação de trabalhadores temporários (com contratos de duração indeterminada). Mas eles são temporários apenas no nome, tanto que frequentemente são chamados de “temporários permanentes”. Trabalham com exclusividade para a Nissan durante anos, exercendo as mesmas tarefas dos que têm contrato permanente, mas ganham menos e seus empregos são menos seguros, o que impacta as famílias e as comunidades de trabalhadores da Nissan.

**13.** A Nissan foi a principal patrocinadora dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Como tal, deveria obedecer ao Código Básico da Iniciativa Ética Comercial, que é parte central do Guia da Cadeia de Suprimentos Sustentável e é um documento importantíssimo para o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

**14.** A empresa treinou gerentes para identificar e vigiar os trabalhadores pró-sindicato e tem obrigado seus trabalhadores a participar de assembleias patronais.

**15.** Cerca de 50% da força de trabalho da Nissan é de mão-de-obra terceirizada.

**16.** A empresa adotou o uniforme para impedir que os trabalhadores usassem camiseta do sindicato. Isso é proibir a livre expressão.

**17.** Empregados que se machucam no trabalho não têm direito a tratamento, não são realocados em outro tipo de atividade e correm o risco de serem demitidos.

**18.** Os Sindicatos Brasileiros de diversas Centrais Sindicais entraram de cabeça nessa luta, eles são o melhor exemplo de Solidariedade Internacional nos últimos anos.

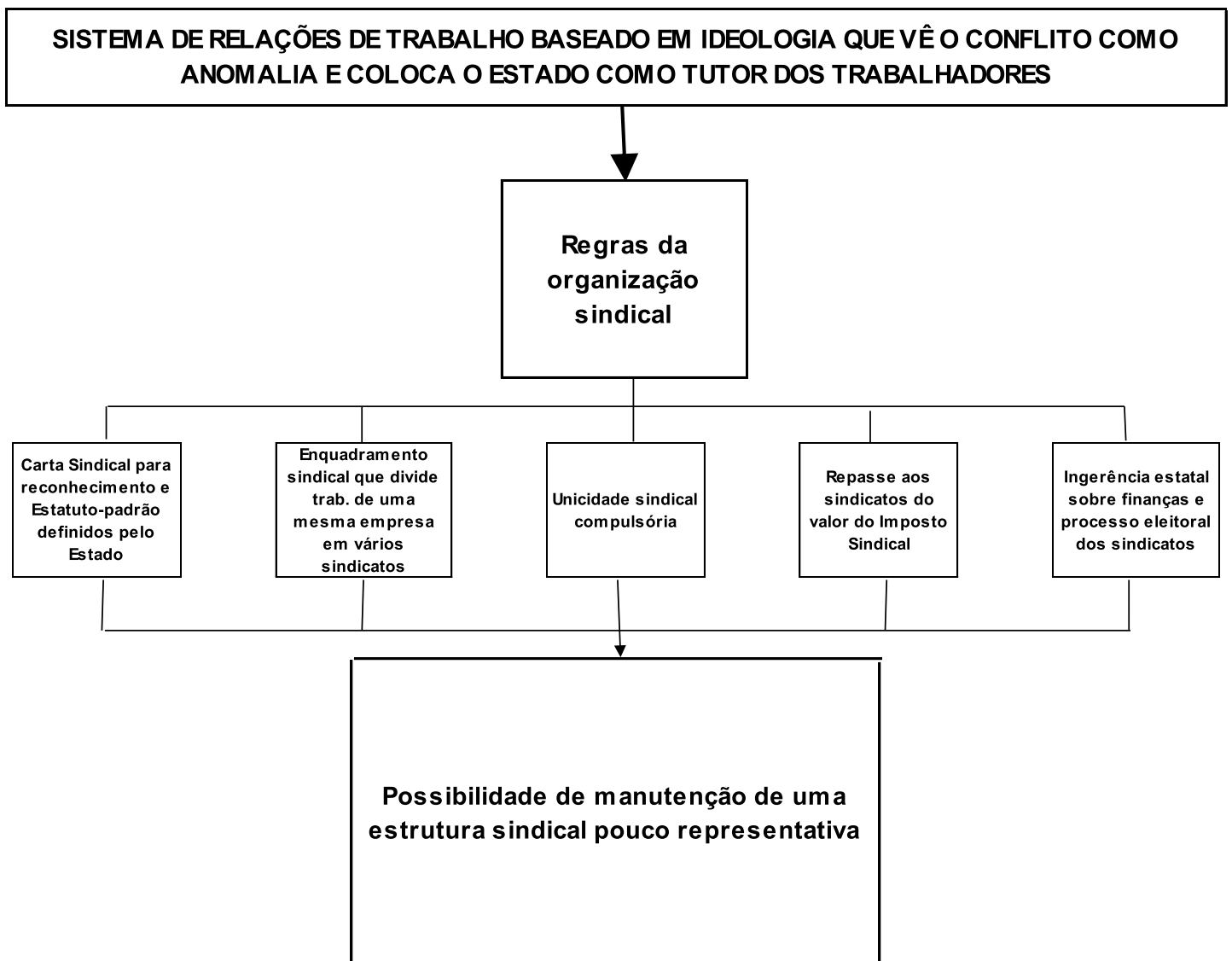
**Em vista desses fatos, é possível entender o histórico do caso NISSAN no estado do Mississippi, EUA, e então debateremos as experiências da Campanha de Organização Sindical entre 2011 e 2017.**

# ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E TRABALHO

### CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA BRASILEIRO DE RELAÇÕES DE TRABALHO (como originalmente concebido)

#### DIAGRAMA 1 - REGRAS DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

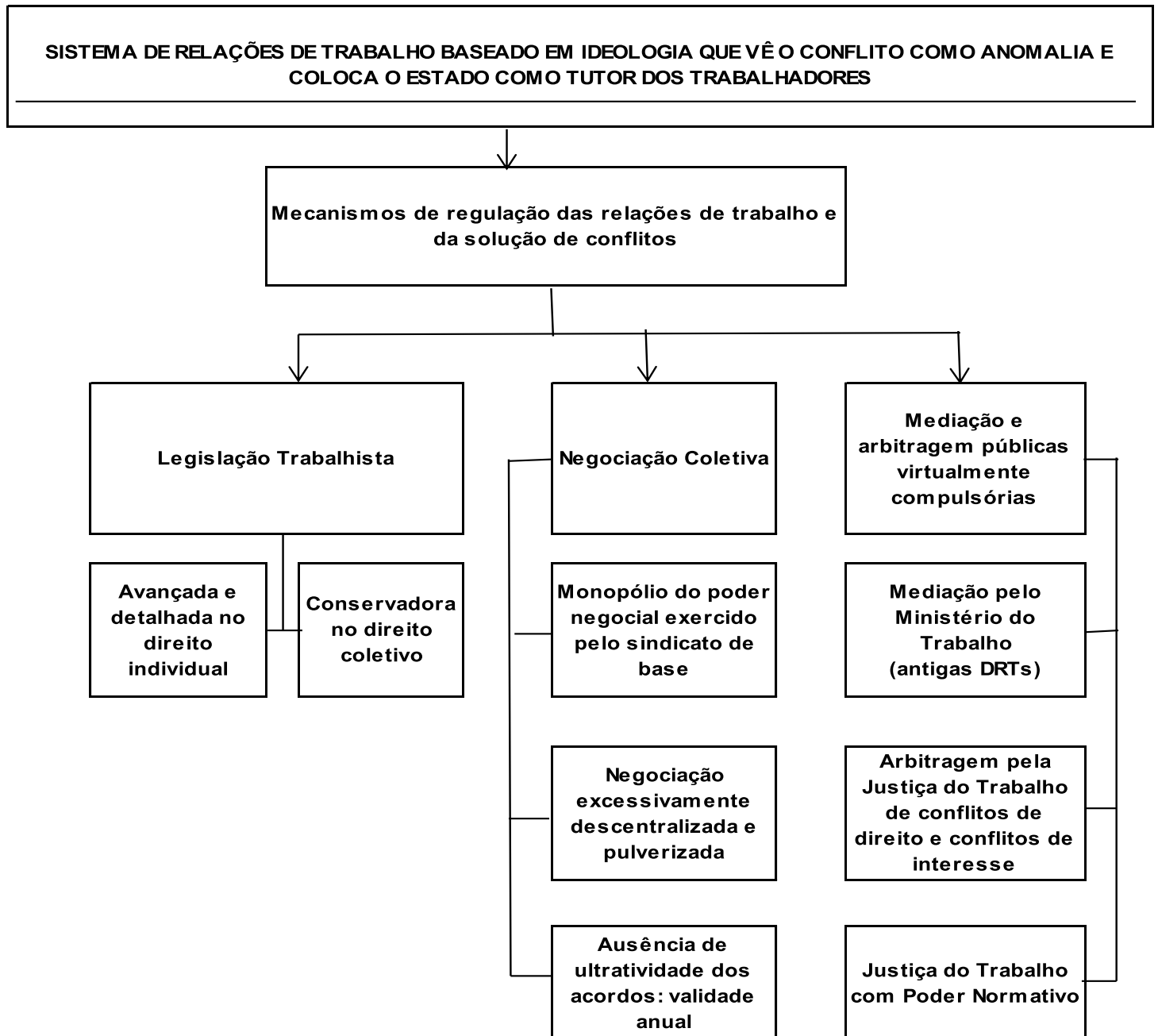


# ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E TRABALHO

### CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA BRASILEIRO DE RELAÇÕES DE TRABALHO (como originalmente concebido)

DIAGRAMA 2 - MECANISMOS DE REGULAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO E DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

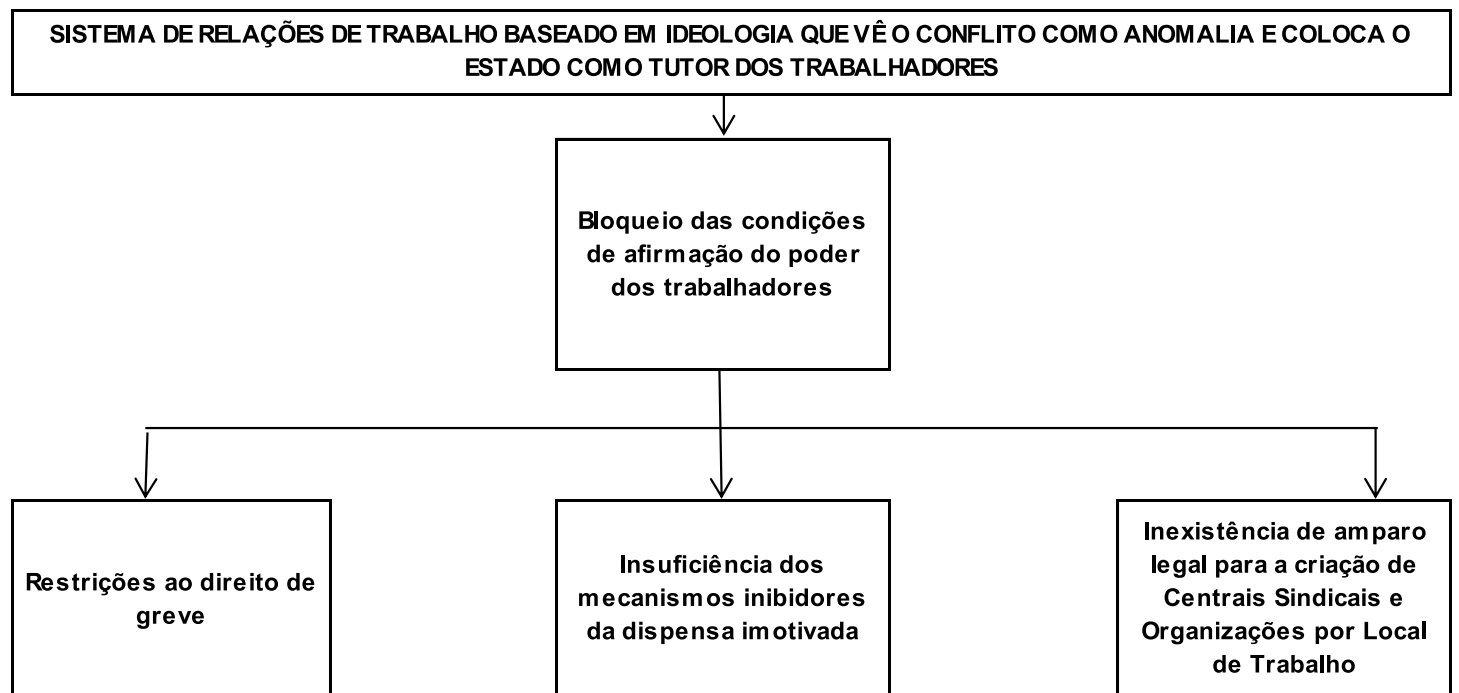


# ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E TRABALHO

## CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA BRASILEIRO DE RELAÇÕES DE TRABALHO (como originalmente concebido)

DIAGRAMA 3 - BLOQUEIO DAS CONDIÇÕES DE AFIRMAÇÃO DO PODER DOS TRABALHADORES

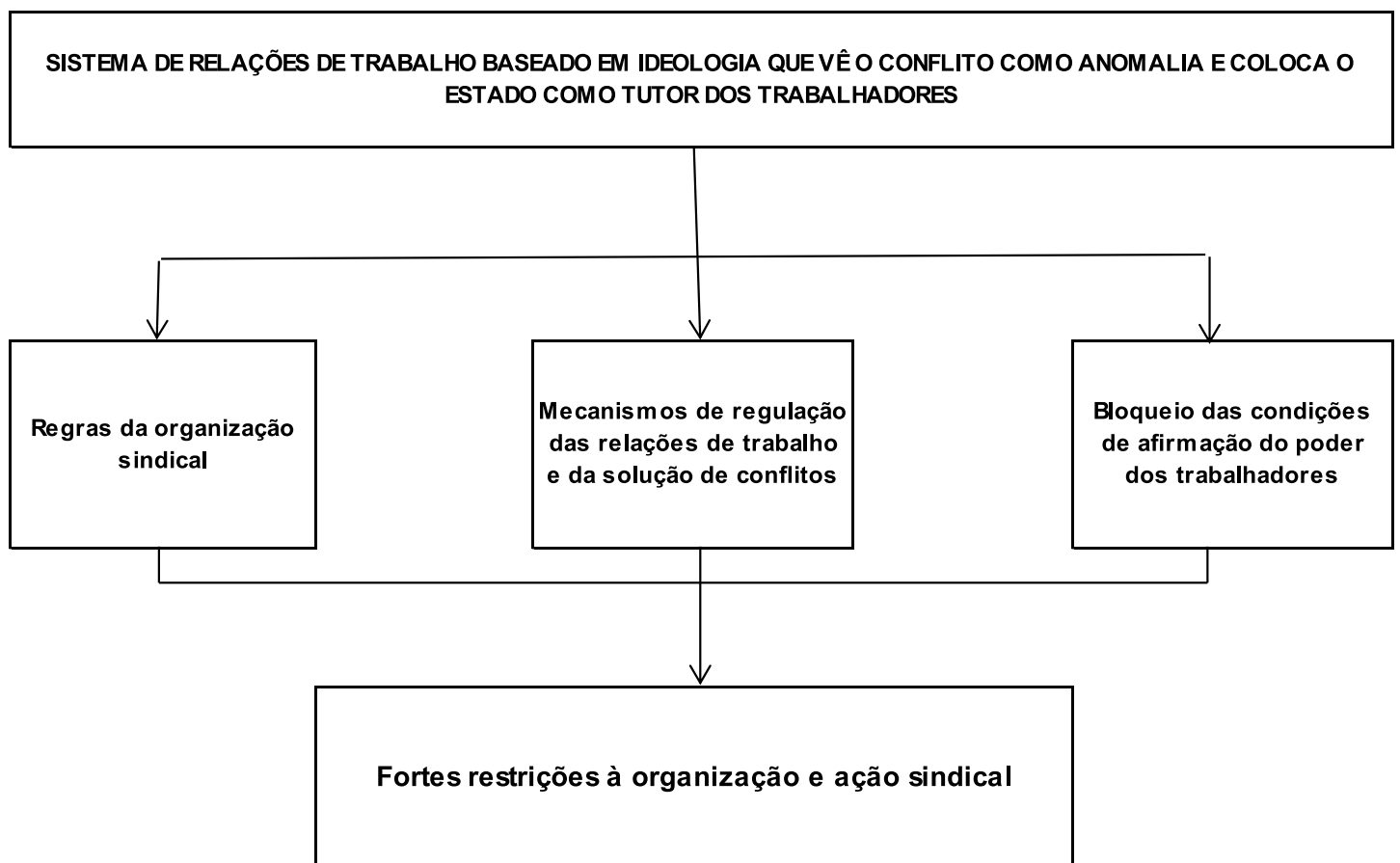


# ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E TRABALHO

### CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA BRASILEIRO DE RELAÇÕES DE TRABALHO (como originalmente concebido)

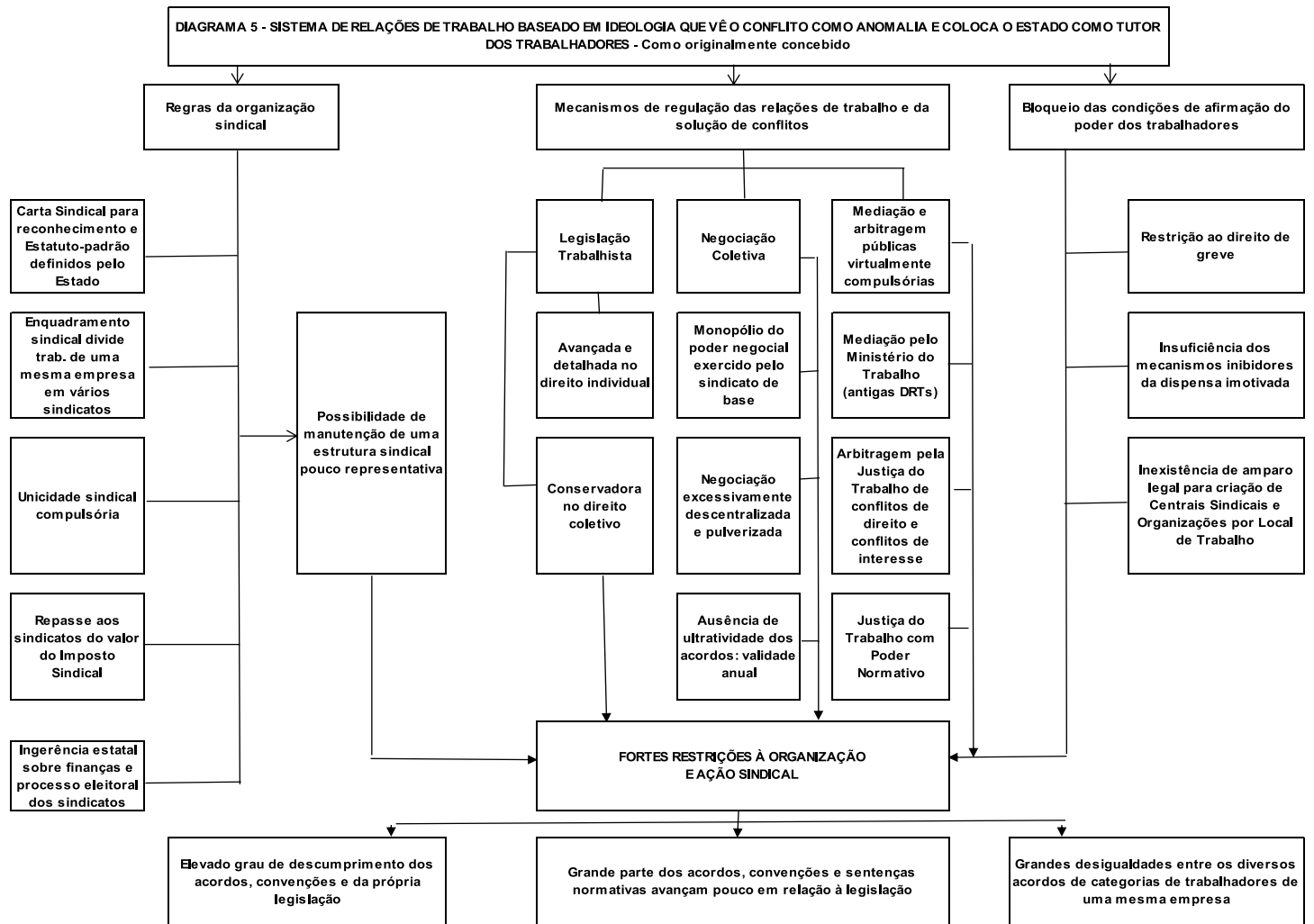
DIAGRAMA 4 - SÍNTESE DAS CARACTERÍSTICAS DO SBRT





# ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E TRABALHO



Obs. Um primeiro esboço deste diagrama encontra-se em DIEESE/Escola Sindical 7 de Outubro. Sistema Brasileiro de Relações de Trabalho. Belo Horizonte, 1993, mimeo.

# ESCOLA DIEESE DE CIÊNCIAS DO TRABALHO

## CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SINDICALISMO E TRABALHO AVANÇOS JÁ VERIFICADOS NO SISTEMA BRASILEIRO DE RELAÇÕES DE TRABALHO

### 1) NA ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- AUTONOMIA PARA SINDICATOS DEFINIREM ESTATUTOS E REGRAS ELEITORAIS
- FIM DA POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO NOS SINDICATOS
- SINDICATO PASSOU A SER ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO
- POSSIBILIDADE DE FILIAÇÃO A ENTIDADES INTERNACIONAIS
- DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO EXTENSIVO AOS SERVIDORES PÚBLICOS
- CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES POR LOCAL DE TRABALHO EM ALGUMAS CATEGORIAS
- CRIAÇÃO DAS CENTRAIS SINDICAIS (SEM RECONHECIMENTO LEGAL)
- RECONHECIMENTO DAS CENTRAIS SINDICAIS EM 2008

### 2) NA NEGOCIAÇÃO COLETIVA E NO DIREITO DE GREVE

- PREVALÊNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA SOBRE O DISSÍDIO COLETIVO, A PARTIR DO FINAL DA DÉCADA DE 1970
- INICIATIVAS SINDICAIS DE CENTRALIZAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA POR PARTE DE ALGUMAS CATEGORIAS
- NEGOCIAÇÕES EM ESPAÇOS TRIPARTITES
  - Câmaras Setoriais
  - Mesas Nacionais de negociação: SUS, Cana-de-açúcar, Construção, Turismo e Hotelaria
  - Política de Valorização do Salário Mínimo
- ACORDOS-MARCO INTERNACIONAIS EM EMPRESAS MULTINACIONAIS
- AMPLIAÇÃO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DE GREVE (inclusive para os servidores públicos)
- RATIFICAÇÃO DA CONVENÇÃO 151 DA OIT (Direito de NC dos servidores públicos) – ainda sem regulamentação
- GARANTIA DE ULTRATIVIDADE DOS ACORDOS E CONVENÇÕES – SÚMULA 277/2012 DO TST (EM VIGOR ATÉ 2016)

# Organização Sindical de Base

A organização e presença do sindicato na base, no local de trabalho é essencial. Ela deve se dar através da manutenção de diretores exercendo sua função no local de trabalho, eleição de representantes sindicais, etc. Partindo do princípio que as relações entre capital e trabalho são sempre conflituosas e que o reconhecimento da existência do conflito é componente fundamental em qualquer sociedade democrática, o lugar da **representação sindical no local de trabalho** deve ser privilegiado pois é aí que primeiro e, principalmente, ocorrem os conflitos próprios das relações de trabalho. É aí onde se elaboram as demandas e pode-se garantir o cumprimento dos acordos coletivos e, fundamentalmente, se acompanha as mudanças que se produzem nos processos de trabalho. É condição fundamental para a implementação de um sistema de negociação permanente e direto.

E temos que construir uma “rede” de contatos para que as informações cheguem até o sindicato e a política de organização e mobilização possa funcionar. Essa rede é o que chamamos **organização sindical de base**.

Para que isso aconteça, é preciso que haja um vigoroso trabalho de base. Comparamos o trabalho de base “ao alicerce de uma construção”. Os Metalúrgicos do ABC dizem que o trabalho de base (...) significa o esforço conjugado de organização, mobilização, conscientização e educação política.”

## Mobilização e Organização

A mobilização e a organização são processos presentes na vida social como resultado da dinâmica das classes sociais. São elementos essenciais no trabalho de base. Os dois processos se combinam porém, há diferenças entre si. São parte do processo de organização geral de uma categoria, ramo ou classe e só têm pleno êxito se concatenada com a conscientização dos trabalhadores do seu papel e importância na história de um país.

**Mobilização:** é quando um grupo de pessoas se juntam e agem coletivamente na defesa de um interesse comum. Envolve variadas formas de ação.

Pode ser espontânea e por uma reivindicação imediata, dissolvendo-se após isso. Geralmente

têm caráter massivo. É parte do processo de organização.

**Organização:** é quando esse grupo de pessoas conseguem uma articulação permanente, com objetivos a curto, médio e longo prazo. Planeja suas ações adotando estratégia e táticas adequadas para cada momento distribuindo as tarefas para cada membro do grupo.

A organização pressupõe e traz como consequência a capacitação das pessoas envolvidas. É um passo adiante da mobilização pois se coloca como ação permanente e planejada.

Podem e devem ser sempre combinados pois a organização nascida de um processo de mobilização geralmente tende a ser efetiva e duradoura. Porém, não é necessário que haja mobilização primeiro para que surja um processo organizativo num determinado local de trabalho.

## Como desenvolver o trabalho de base

Ao considerarmos como trabalho de base o conjunto de atividades voltadas para semear organização e consciência entre os trabalhadores, em seu local de trabalho ou moradia, devemos ter como objetivo constituir uma rede em que o exercício concreto das resoluções de congresso, das políticas definidas nas instâncias de direção em conjunto com esses mesmos trabalhadores, faça com que o sindicato seja, na prática, um instrumento de luta pelos seus interesses e aspirações. Também é objetivo a ser perseguido desenvolver nesses trabalhadores a consciência de cidadão para que ele participe e intervenha nas questões que afetam sua vida, seja no trabalho, no bairro, na escola dos seus filhos, etc.

Pode começar, com ações simples como a distribuição do boletim ou mesmo a cachaça bebida no boteco, como forma de criar um canal de comunicação entre o diretor de base/militante e o trabalhador. Também é trabalho de base toda uma série de outros passos que podem e devem ser dados, ex: o convite para conhecer o sindicato, a troca de idéias sobre as dificuldades percebidas no local de trabalho, na vida em geral, etc. Esse trabalho deve ter um acompanhamento para incentivar o trabalhador(a) a, cada vez mais, refletir sobre suas condições de trabalho e de vida e participar das atividades sindicais.

Enfim, é trabalho de base todos os passos conduzidos por um dirigente ou militante visando despertar nos trabalhadores o sentido de dignidade na defesa de seus direitos e transformar esse despertar em conscientização e essa conscientização em participação concreta. Isto é, em organização. Esse despertar leva à cidadania e fará com que a classe trabalhadora possa se tornar sujeito de sua própria história, construindo o alicerce para a transformação da sociedade exterminando a exploração e a submissão dos trabalhadores aos comandos do capital que, no caso do Brasil está subordinado aos interesses do capital internacional, dos países ricos.

O acúmulo de lutas da classe trabalhadora e as experiências cutistas de organização têm mostrado que o trabalho de base é a sustentação de qualquer entidade. “É uma casa que o vento não leva pois está firme de baixo para cima,” como diz Ranulfo Peloso da Silva, educador popular. Tem que ter um jeito de trabalhar, um jeito que respeita o nível de entendimento do(a) companheiro (a) e o(a) chama para novos conhecimentos, multiplica o número de pessoas comprometidas com a luta e os qualifica como companheiros(as): esclarecidos, competentes e organizados, sabedores do seu papel e possibilidades.

Da experiência e reflexão, algumas considerações são essenciais no desenvolvimento do trabalho de base:

- \* É um **processo** longo e difícil, com avanços e recuos;
- \* É **coletivo**, onde cada participante é um apaixonado que sofre, ri, briga, como parte integrante. Não há lugar para “paraquedistas”, visitantes, personalidades, etc...
- \* É **conflitivo**, pois se dá num campo onde há vários interesses em jogo.
- \* Não inventa a luta; canaliza os esforços na direção dos interesses da maioria, portanto, preocupações, anseios e experiências dos participantes são parte do próprio trabalho;
- \* Não pode ser **paternalista**; fazer pelas pessoas cria dependência.
- \* É **planejado**: propõe atividades, estabelece metas, prazos, momentos, cobra responsabilidades, realiza avaliações constantes.
- \* **Conhecer** o “chão onde se pisa” é a primeira preocupação e tarefa: a realidade está sempre em movimento. Além do conhecimento da situação das empresas é

preciso conhecer as pessoas, seus pensamentos, saber os seus desejos e, especialmente, conquistar sua confiança. Por isso, a presença é fundamental. Essa tarefa exige convicção, paciência e disciplina.

- \* Possibilita a participação de novas pessoas criando as condições para a **multiplicação** e **renovação** de quadros militantes e dirigentes.
- \* Uma liderança nasce da luta. Para que não se torne um “chefe” ou um “proveitador” é preciso que faça parte de um coletivo. A **liderança** é individual e a **direção** é coletiva. Uma direção é escolhida pelo seu compromisso, competência, capacidade de organização e fidelidade aos interesses e projeto. Assim, todo trabalho e organização de base necessitam de liderança e direção.
- \* É um processo onde a **formação** é elemento essencial aliando a prática e a experiência acumulada à capacitação em novos conhecimentos. Por isso, para quem realiza um trabalho de base, a leitura e a informação são muito importantes.

## Elementos Básicos para o Trabalho de Base

### 1. Conhecer a Realidade

No caso de uma Ação Sindical junto à empresa

- \* Planta Física do Local
- \* Áreas de trabalho
- \* Tipos de turno existem
- \* Número de Trabalhadores

### 2. Analisar os Atores envolvidos

### 3. Planejar as Tarefas

- \* quem
- \* como/onde
- \* prazo
- \* responsável
- \* resultado

### 4. Preparação e Capacitação

### 5. Criar novas formas de mobilização e instrumentos

### 6. Agilidade na Informação

### 7. Organização: processo permanente e sistemático (cidadania)

- \* Despertar novos Quadros

### 8. Avaliação Periódica

E, novamente com as palavras de Ranulfo, não tem outra saída: “só faz trabalho de base quem se entregar apaixonadamente a ele, desde o início.”

**Darlene Testa**



# Uma política industrial para revigorar o sistema produtivo e promover a coesão social após a pandemia

João Furtado

É impossível conceber o futuro após esta pandemia nos termos habituais, como uma simples volta à vida que tínhamos até o advento do Covid-19. Mas se isso fosse factível, seria indesejável. Significaria que não aprendemos nada, que não fomos capazes de redimensionar as nossas vidas e os seus sentidos individuais e coletivos após uma experiência que ameaçou cada um de nós e atingiu de maneira mortal tantas pessoas, de todas as idades, em todos os lugares, mas sobretudo os mais idosos, os portadores de comorbidades e – independentemente de todos os fatores naturais – os mais vulneráveis socialmente. Por isso, este texto é escrito com as motivações extraídas destes momentos tão dramáticos em que muitos de nós mudamos as aspirações rotineiras acumuladas por dinâmicas sociais muito absorventes, em favor de uma vida restaurada, com saúde, mobilidade, possibilidade de reencontros e as alegrias de desfrutar as coisas simples. Uma vida singela e prosaica, ou simplesmente uma vida.

Por essa razão, a vida após a pandemia, quando quer que esta seja mitigada ou debelada, oferece aos países e aos povos oportunidades novas. E no Brasil isso acontece de maneira redobrada. Primeiramente, porque a intensidade da crise pandêmica está sendo, entre nós, muito superior à que conheceram outros países. Em segundo lugar, porque a crise mostrou que o longo convívio com a extrema pobreza e a desigualdade perturbadora poderá eventualmente habituar-nos, mas em nenhum caso pode tornar natural ou aceitável esses dois componentes da nossa vida social. Pois enquanto muitos de nós sofriamos, com elevado grau de isolamento e proteção, as dificuldades do confinamento domiciliar e familiar, e contávamos com o trabalho dedicado e valente de profissionais de atividades essenciais, pessoas ao nosso redor eram compelidas a prosseguir as suas lides diárias mais que tudo por pressões econômicas, pela sobrevivência.

A saída da crise da pandemia poderá modificar as nossas escalas de prioridades em direções mais humanas e mais sociais. Poder-se-á argumentar que estes elementos são

ingênuos, e que a vida voltará ao normal e a sociedade brasileira voltará a conviver naturalmente com isso que tornamos aceitável, mas intimamente sabemos que é afrontoso à nossa dignidade. Por isso, é preferível resvalar em ingenuidade a permanecer insensível aos sinais que nos advertem da necessidade de assimilarmos as lições e reorganizarmos as prioridades individuais, sociais e nacionais. Antes de tudo, há a escala da vida e dos seus valores fundamentais, em contraposição a tudo aquilo que faz parte da vida, mas não lhe é essencial. Respirar ar puro é essencial, ter acesso a água potável, saneamento, informação de qualidade, ou mobilidade são aspirações que agora, de forma inequívoca, mostraram que realmente fazem sentido se forem compartilhadas por todos nós. Como a vacinação tem que ser de todos, para que cada um seja protegido pela imunidade dos demais, o vírus mostrou que a proteção de cada um depende da proteção de uma ação coletiva e que nenhum de nós, por mais privilégios que possa auferir por quaisquer títulos, poderá viver de maneira segura se não tiver uma proteção sanitária que depende de todos. As preocupações de todos os brasileiros com o tema da segurança já nos mostraram antes que ninguém pode proteger-se individualmente e que todos somos vítimas da insegurança se não houver soluções comuns e para todos. Se o sentimento coletivo não se consolidou, antes, por meio de um apelo à solidariedade, quem sabe não possa aflorar agora por uma percepção de autoproteção?

Esta perspectiva tem implicações evidentes para o Brasil que vai emergir da pandemia. Desemprego crescente, famílias extenuadas e fragilizadas, centenas de milhares de empresas com suas atividades encerradas, muitas mais precarizadas pelas dificuldades acumuladas por um longo período de recessão e recuperação extremamente tibia, relações de crédito fragilizadas, impondo severas restrições a uma retomada saudável. Retomada, aliás, que está longe de assegurada. A sociedade poderá, aturdida, debater-se com saídas precárias, movimentos erráticos e idas e vindas, ou poderá construir deliberadamente e com vontade



caminhos renovadores, portadores de esperanças e capazes de expressar a nova panóplia de valores, que viabilizem uma nova ponderação de prioridades. É com o intuito de oferecer uma base organizada para uma discussão plural sobre as políticas industriais e de desenvolvimento do pós-pandemia que este texto foi escrito. É importante ressaltar que o texto - tanto em sua análise quanto em suas proposições - supõe que haverá algum grau de coesão em torno da necessidade de construir caminhos para que a economia possa recobrar algum grau de vitalidade e que, deixada à própria sorte, os automatismos dos mecanismos de mercado não poderão assegurar um nível de atividade produtiva adequado às necessidades do sistema econômico e, muito menos ainda, da população brasileira. Há aqui dois termos de uma equação complexa. Por um lado, é necessário que a economia volte a funcionar com algum vigor, que sejam superados os atolamentos que se agravaram desde o início do segundo mandato de Dilma e não encontraram equacionamento em nenhum dos experimentos ensaiados desde então, e muito menos no governo atual. Por outro lado, uma eventual (e improvável) retomada de algum nível de atividade, mesmo que fosse em patamares modestos, estaria longe de assegurar o atendimento das carências longamente acumuladas. Portanto, o binômio envolve o nível da atividade econômica e o direcionamento do crescimento. É da combinação destes dois termos, e não apenas do crescimento em si, que pode advir um alívio substancial do sofrimento provocado pela pandemia a parcelas numerosas da sociedade, seguido de uma etapa de prosperidade e de elevação do nível de bem-estar da população.

## 1. Fundamentos de Política Industrial

A política industrial consiste em um conjunto organizado e consistente de intervenções com o objetivo de alcançar objetivos que as forças econômicas de mercado, por si sós, não são capazes de produzir. Esta definição muito simplificada é suficiente para nos ajudar a compreender a natureza da política industrial: conceber e implementar estímulos e ações diretas para que as instituições do sistema econômico e as partes relacionadas sejam capazes de construir processos mais vigorosos de produção e distribuição de riqueza. Nas economias de mercado, em regime de propriedade privada, o papel protagonista principal é o

das empresas e dos detentores de recursos para investimento, mas as entidades empresariais, os sindicatos, as instituições de pesquisa e de formação técnica, profissional e tecnológica e muitas outras desempenham papéis importantes, mesmo se em alguns casos são pontuais. A política industrial pretende, com diferentes tipos de instrumentos, motivar as empresas para realizarem investimentos e implementarem estratégias que em circunstâncias ordinárias de mercado elas evitariam.

Há muitas políticas industriais, de linhas muito diferentes. A política industrial combina abrangência e intensidade. Ela pode ser muito abrangente e intensa, pode ser focalizada e intensa na busca de seus objetivos bem delimitados, ou pode ser abrangente mas leve nos seus instrumentos. As políticas industriais de linhagem asiática (Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Singapura, China) caracterizam-se por intervenções fortes e explícitas nos mercados e frequentemente nas empresas. A intervenção nos mercados redefine os preços e incita investimentos em áreas determinadas. Taiwan manuseou as taxas de câmbio (sim, várias) para assegurar rentabilidade à substituição de importações e à promoção de exportações. Nas empresas, frequentemente, as ações governamentais vão da indicação negociada à imposição arbitrária de objetivos e resultados a serem alcançados. O caso da Coreia do Sul em seu período de industrialização mais acelerada é pródigo em exemplos de imposição aos grupos empresariais privados de objetivos que eram imensamente mais ousados do que aqueles que as empresas, em sua lógica privada, estariam dispostas a definir. No mundo ocidental, em que a propriedade privada tem outra força, a política industrial raramente lança mão dos recursos de intervenção típicos do modelo asiático, mas nem por isso ela deixa de buscar promover transformações - às vezes exitosas, outras vezes fracassadas. Estados Unidos e Europa empenharam-se, cada qual por seu caminho, na constituição de complexos microeletrônicos capazes de pavimentar as respectivas trajetórias na terceira revolução industrial. Os resultados são muito diferentes dos almejados: a eletrônica tornou-se uma indústria sediada na Ásia, mas enquanto os EUA mantêm posições dominantes em muitas categorias de produtos do complexo, a Europa não assegurou as posições que pretendeu conquistar. Mais ainda, os Estados Unidos perderam a base de fabricação, mas possuem empresas em todos os

campos e uma posição dominante no segmento propriamente digital. Cada vez mais as políticas industriais são estreitamente vinculadas às políticas de ciência e tecnologia e as encomendas públicas de organismos como a defesa, a energia e a saúde são, no caso dos EUA, decisivas para a consecução dos objetivos. Seria possível mostrar que no caso das energias renováveis foi a Europa, e não os Estados Unidos, que produziu resultados mais consistentes na formulação e na execução de suas políticas, mas o ponto a destacar aqui é que a política industrial, por mais bem formulada que seja, envolve alguns riscos e não pode assegurar a priori e de modo cabal o seu sucesso. Este ponto é especialmente importante para pensarmos a condição brasileira.

## **2. Elementos de políticas industriais no Brasil**

A política industrial cujas prioridades estão avançadas nos próximos parágrafos estão muito distantes da grande maioria dos textos e das proposições sobre política industrial escritos e formuladas nos últimos 20 ou 30 anos. Um dos mais robustos documentos de política industrial que já foi elaborado no Brasil foi o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, que produziu uma centena de documentos por especialistas setoriais e temáticos e propunha uma retomada da industrialização e do desenvolvimento e uma série de ações promotoras de competitividade e de reinserção global da economia (e da indústria) brasileira. No início dos anos 2000, ainda no primeiro mandato do presidente Lula, reiniciaram-se as formulações de política industrial, em três movimentos sucessivos. A principal diferença desta proposição de política industrial é a modéstia dos propósitos em relação à transformação produtiva. A análise feita e as proposições elencadas têm como propósito principal revigorar a economia, produzindo transformações dentro de um espaço de possibilidades bastante mais limitado. A segunda diferença é a busca deliberada de baixos riscos de execução, reconhecendo que os limites das possibilidades são muito estreitos, no quadro atual de enfraquecimento do sistema empresarial e de suas ambições, bem como de degradação das competências de formulação e execução dos organismos públicos. Estes pontos serão esmiuçados a seguir.

Todos os que defendemos políticas

industriais precisamos começar o nosso debate com a sociedade brasileira e as suas forças organizadas pelo reconhecimento de que não fomos capazes, há muito tempo, de promover políticas industriais cujos resultados sejam convincentes ou pelo menos persuasivos. As políticas industriais brasileiras foram, desde a sua formalização nos anos 50, voltadas principalmente para a constituição de novos setores de atividade econômica; e mesmo antes, na primeira metade dos anos 40, que culminou com a implantação da moderna siderurgia (e a superação da estrutura fragmentada e insuficiente que prevalecia antes da CSN) e em seguida com a implantação da Petrobras. Foi assim, também, com a aceleração da industrialização e a implantação de grande número de segmentos industriais típicos do padrão industrial do século 20 - nas indústrias de bens duráveis, de equipamentos e de insumos básicos. O período do milagre econômico, com seu crescimento acelerado, reforçou o padrão industrial e a liderança das grandes empresas de origem externa. O II PND, em seguida, pretendeu modificar a estrutura e a dinâmica desse padrão, mas não contou já com o ambiente favorável do mundo e enfrentou a resistência do padrão constituído e relutante - por vezes de modo muito articulado - com relação às mudanças pretendidas. O deslocamento do núcleo dinâmico da industrialização dos bens de consumo (duráveis, primordialmente) para os bens de produção (insumos básicos e equipamentos) e a reconfiguração do tripé, com a articulação das grandes empresas nacionais em binômio com o setor produtivo estatal, poderiam ter promovido um novo padrão de industrialização, mas definitivamente o resultado não foi alcançado; e há mesmo quem lhe atribua graves efeitos para o que seria a década perdida (anos 1980). Diferentemente de autores tão diferentes como Bresser-Pereira e Delfim Netto, liderando uma longa lista de opiniões devastadoramente críticas ao II PND, é possível sustentar que o desenho do Plano era coerente com as circunstâncias (choque externo do petróleo e seus efeitos encadeados sobre preços e sobre nível de atividade econômica na zona da OCDE) e propunha uma reconfiguração estrutural desejável e promissora da indústria brasileira e da importância relativa dos seus protagonistas (os tipos de empresas: nacionais privadas, estrangeiras e estatais). Por isso, o problema principal do II PND foi em sua execução - morosa, deficiente, incapaz de vencer a aposta



contra o tempo que era implícita em seu diagnóstico.

Nenhuma das experiências de política industrial ensaiadas nos anos 80 e 90 do século passado ou no início deste século teve consistência de formulação ou fôlego de execução, mesmo quando pretenderam afirmar-se como políticas nacionais de desenvolvimento com alguma envergadura (o que não foi sempre o caso). As políticas industriais que o Brasil praticou, quando praticou, nestes quase 40 anos após o segundo PND ficaram muito aquém dos objetivos que pretenderam alcançar. Todas elas, sem exceção, frustraram as expectativas que foram depositadas por seus formuladores e pelas partes relacionadas. E qual a razão pela qual fracassamos numa área em supostamente tínhamos sido excelentes anteriormente? A tentativa da resposta macroeconômica (a crise internacional, o petróleo, os juros, a dívida etc), repetida pela esmagadora maioria dos autores mais influentes, não deveria ocultar o peso dos fatores propriamente industriais: nos cinquenta anos do período 1930-1980, a industrialização perseguida por amplos setores da sociedade brasileira, e por vezes apoiada pela política industrial, consistia em internalizar capacidades produtivas novas. Mas a implantação, com grande defasagem temporal, das indústrias que o mundo desenvolveu anteriormente é um empreendimento essencialmente diferente da constituição de novas indústrias em simultâneo (ou com pequena defasagem) com relação à sua emergência no mundo. Isso é ainda mais verdade quando se tem presente que o padrão anterior contou com o papel protagonista do estado para as indústrias de larga escala e das empresas de origem externa para a produção de bens duráveis e de capital, numa fase tipicamente de extroversão dessas empresas, que buscavam difundir um padrão relativamente maduro. Por isso, os investimentos diretos estrangeiros de empresas estadunidenses, européias e japonesas facilitaram a tarefa de internalização daquelas novas capacidades produtivas, todas elas pertencentes ao padrão que se conformou desde o final do século 19 em torno da grande siderurgia e do petróleo. O esgotamento do padrão industrial associado a essa segunda revolução industrial (metalmecânico e químico de larga escala) acelerou muito o ritmo das mudanças tecnológicas e industriais, ao lado das comerciais e financeiras. As indústrias constituídas em bases nacionais deram lugar a novos setores - como a microeletrônica - que já

surgem com outra escala e vão com isso inviabilizando projetos de natureza e dimensões nacionais. A convergência anterior, em termos de morfologia da estrutura industrial, foi alcançada com o uso intensivo de fatores de apoio que não apenas não estiveram disponíveis na nova fase como se mostraram adversos. Na fase de extroversão, típica dos anos 1950 a 1970, capitais, empresas e tecnologias jogaram a favor da convergência. Na transição para o novo padrão deu-se o inverso.

A explicação prevalecente para as dificuldades industriais brasileiras após 1979 prioriza a crise macroeconômica (associada às circunstâncias externas - choque de juros e choque de petróleo), mas é imprescindível, para o entendimento das dificuldades que abalaram o sistema industrial brasileiro nestes últimos 40 anos, a identificação dos elementos propriamente industriais relacionados com o modelo que havia sido constituído, com aparente sucesso, mas que apresentou enormes dificuldades de adaptação às novas circunstâncias. A reprodução mimética de estruturas existentes, no mundo, e ademais dotadas de certa estabilidade, é muito mais viável do que a constituição, em velocidade acelerada, de novas estruturas de produção, o que se torna mais grave quando há divergências nos padrões de competição e de desempenho produtivo. A reprodução mimética envolveu sempre esforços muito modestos de aprendizado e desenvolvimento de soluções criativas, uma razão pela qual as empresas locais, fossem elas nacionais ou de origem externa, nunca precisaram realizar maiores esforços de aprendizado tecnológico. O paradoxo do número ínfimo de patentes de empresas no Brasil, que gera tanta perplexidade, não é afinal um paradoxo, é apenas um retrato muito fiel da realidade: as empresas realizaram sempre, e realizam ainda, muito poucos esforços no desenvolvimento de tecnologias e na aquisição de competências<sup>11</sup>, assim como se preocupam apenas modesta e seletivamente com a formação de recursos humanos, sobretudo nas áreas técnicas. Em contraste, é fácil verificar que a mais desenvolvida das competências empresariais no sistema industrial brasileiro esteve sempre ligada ao aproveitamento muito ágil das oportunidades que foram surgindo, pari passu com a industrialização e o seu alicerce de apoio, que foi a urbanização.

O modelo industrial e tecnológico que emergiu a partir das novas tecnologias de informação e comunicação de base microeletrô-

nica tem características muito diferentes. A velocidade do padrão emergente foi muito superior. As escalas tornaram-se, pela primeira vez, muito superiores às dimensões dos principais mercados nacionais. Também, a interação entre os aprendizados empresariais e sistêmicos tornou-se um elemento-chave. E em nenhum destes quesitos as empresas nacionais estavam especialmente preparadas, enquanto as empresas de origem externa não estavam minimamente motivadas. Afinal, tinham outros desafios, no núcleo dos processos competitivos que eram decididos na tríade - EUA, Europa, Japão.

### **3. Critérios e proposições para a política industrial após a pandemia**

Por todas estas razões, a política industrial para permitir enfrentar com chance de sucesso os efeitos da pandemia, que se somam às fragilidades acumuladas em muitos anos regressão industrial, precisa buscar alternativas que não repitam os erros de concepção de execução que acumulamos no período recente (desde o final do II PND), quando o desenvolvimento industrial deixou de ser possível pelo recurso ao mimetismo da reprodução daquilo que havia no mundo, com exceções pontuais. Existem dois elementos cruciais a considerar. O primeiro consiste em compreender que o enfrentamento dos efeitos da pandemia não deve confundir-se com o propósito de promover a competitividade industrial brasileira nos moldes tradicionais, sejam eles os dos economistas de corte macroeconômico ou os que tradicionalmente produzem reflexões ou proposições de política industrial (como este autor). Segundo, o texto não busca uma política industrial para o Brasil, mas uma política industrial para o Brasil que vai emergir da pandemia - com imensas vulnerabilidades, mas também com uma reflexão nova sobre as características da economia e da sociedade brasileira que terão tornado o Brasil mais vulnerável aos efeitos da pandemia.

O elemento mais dramático da pandemia, para além das polêmicas negacionistas e irresponsáveis sobre a própria questão sanitária, torna-se evidente numa análise de cunho social sobre as condições de vida de grandes contingentes das populações urbanas. Elas não possuem acesso aos elementos básicos da vida urbana, na forma de habitação e saneamento minimamente condizentes com a sua proteção

e, por meio dela, com a proteção de suas complexas redes de contatos sociais. Na pandemia, enquanto as pessoas privilegiadas e conscientes procuravam manter o isolamento e reuniam condições materiais para isso, amplos contingentes de pessoas de estratos sociais menos favorecidos ou francamente desfavorecidos eram diariamente expostos aos riscos da pandemia não por inconsciência mas por imperiosa necessidade. As condições em que vivem e trabalham essas pessoas impedem que possam proteger-se de maneira eficaz. O problema não é o mesmo dos negacionistas anti-vacinas, pois essas pessoas não negam a importância da proteção - é que elas não podem proteger-se, mesmo querendo.

O primeiro e principal vetor de uma política de retomada econômica após a pandemia deve ser voltada para o provimento a amplas camadas da população de moradia e serviços essenciais condizentes com a saúde pública. São milhões de brasileiros, indivíduos, famílias e famílias ampliadas (ampliadas por solidariedade e espírito gregário ou por imposição das circunstâncias), que compartilham habitações que não lhes oferecem as condições necessárias para uma vida saudável, para não dizer que não lhes oferecem um padrão aceitável de exercício de sua individualidade e convívio familiar em condições dignas. A habitação e seus complementos imprescindíveis de água e saneamento, além de energia e acesso facilitado (local) a serviços públicos assegurados pela Constituição (Educação e Saúde), são essenciais para nos prepararmos para novas pandemias mas também para construirmos uma sociedade com algum grau de harmonia social. Se a habitação e o saneamento, acompanhados de elementos de mobilidade, são intensivos em investimentos de longa duração, os serviços essenciais da educação e da saúde são muito mais vinculados a recursos humanos. O primeiro vetor promove o crescimento econômico com fortes elementos de encadeamento dinâmico (efeitos multiplicador e acelerador) e o segundo difunde-se sobretudo pelo consumo das famílias.

Embora habitação, saneamento e energia sejam campos tradicionais de investimento e existam capacidades tanto nas empresas privadas quanto nas públicas, é forçoso reconhecer que há muito o que aprender e o que incorporar de novos conhecimentos em termos de promover uma verdadeira difusão, no século 21, desses elementos básicos da vida urbana e



da dignidade dos indivíduos e das famílias. Há importantes desafios de concepção de novos programas, dos projetos com tecnologias adequadas, com redução de uso de materiais e de energia, custos reduzidos, vida prolongada, economias de manutenção e de consumo energético e muitos outros que se torna necessário identificar, equacionar e vencer se queremos realmente prover esses bens básicos a amplas camadas da população. Ademais, os materiais e os métodos que permitirão ampliar de maneira significativa o provimento de habitação, saneamento e energia acessíveis a amplas camadas da população excluída de soluções razoáveis poderão ser um campo de provas para o desenvolvimento de soluções técnicas e sobretudo institucionais para outras áreas.

Uma das vantagens importantes de uma política de provimento de habitação, saneamento e energia associada ao provimento de serviços públicos fundamentais é sua relativa autonomia com relação aos parâmetros macroeconômicos que determinam - isoladamente ou de forma complementar - o nível de competitividade da economia. Uma política urbana, de moradia e serviços públicos essenciais, é uma política que independe (ou depende muito pouco) do nível de competitividade da economia. Portanto, tal política poderá produzir efeitos relevantes para retomada do crescimento e o oferecimento em larga escala de empregos sem necessidade de ajustes prévios no nível de competitividade da indústria. Mas embora cimento, tijolos, vidros, tubulações e materiais acessórios sejam produtos industriais com um forte componente local, é necessário incorporar aos projetos, às empresas e às organizações públicas relacionadas a esses projetos elementos novos de inteligência, de conhecimento científico e tecnológico, além de capacidades empresariais e de gestão pública que propiciem ganhos de aprendizado, barateamento progressivo das soluções, ganhos de qualidade (e durabilidade), eficiência energética, sustentabilidade ambiental, além de capacitação crescente dos trabalhadores e dos consumidores. Dito de outro modo, este núcleo da política industrial para o período após a pandemia deveria estar baseado em esforços de aprendizado que possam fazer, para setores intrinsecamente protegidos, aquilo que a indústria não fez ou não fez na medida necessária em seu período de ouro (e proteção). Mesmo que a taxa de câmbio permaneça valorizada, e não favoreça, portanto, a produção local

de artigos industriais de uma maneira geral, essa influência será menor sobre os itens relacionados com a construção civil. E sendo a construção civil uma atividade que destina uma elevada proporção de suas receitas ao pagamento de salários, é normal que os efeitos indiretos desses investimentos em construção civil sejam destinados à aquisição de bens de primeira necessidade, com uma proporção de itens importados modesta. Por essa razão, investimentos realizados em construção civil desta natureza possuem um forte efeito multiplicador sobre a atividade econômica, ao mesmo tempo em que não representam qualquer ameaça à balança comercial, e podem por isso ser financiados com instrumentos disponíveis ao governo federal brasileiro. Dito de outro modo, os mesmos instrumentos que propiciaram, nestes meses de pandemia, a criação de recursos financeiros novos para pagamento de auxílios, poderiam também propiciar o financiamento destes (e de outros) investimentos deste programa, com uma vantagem importante neste caso: eles estarão criando capacidade produtiva e, pelo menos no caso do saneamento, contribuindo para a redução de gastos correntes do sistema de saúde.

Os serviços de saúde e educação, preconizados como públicos e gratuitos na constituição de 1988, possuem evidentes problemas de subfinanciamento, primordialmente, ao lado de outros problemas, incluindo a gestão. Uma das lições da pandemia, que poderá modificar as percepções da cidadania e da coletividade sobre a sua importância, envolve precisamente a contribuição desses sistemas para a normalidade da vida das famílias e dos grupos sociais. Por isso, o pacote básico de oferecimentos às comunidades mais vulneráveis deveria incluir mudanças substanciais no acesso e na qualidade desses serviços ao lado dos investimentos em habitação, saneamento e acesso a energia (eletricidade e gás). Evidentemente, os ganhos advindos desse conjunto de serviços asseguram ao mesmo tempo um ganho de qualidade de vida e uma elevação substancial da coesão social, com desdobramentos em outras esferas (como a segurança, por exemplo).

No caso da Educação, qualquer política que queira tornar-se eficaz na promoção da qualidade e da cidadania terá que debruçar-se sobre a atração de pessoas altamente qualificadas e motivadas para essa imensa tarefa em que o Brasil possui os mais importantes déficits,

entre todos os que possui em vários campos. Há muitos fatores a serem considerados e soluções a serem construídas, mas uma proposição altamente desejável e recomendável seria uma antiPEC dos gastos, ou seja, um instrumento que torne rígida a elevação regular e contínua dos investimentos em Educação, permitindo a atração de profissionais de alta qualidade não pelos salários, remunerações e recompensas de hoje, mas por sua evolução ao longo do tempo de maneira previsível. Um jovem ou uma jovem recém-ingressos na universidade poderão incluir o magistério como uma opção preferencial (e não residual) em virtude de perspectivas futuras dessa carreira. A formação de profissionais de alto nível nas universidades brasileiras poderia, com um arranjo desta natureza, ser estimulada para esse direcionamento, tornando os currículos universitários mais adaptados a essa modalidade. A docência, em todos os níveis, precisa tornar-se uma alternativa prioritária, valorizada pelas instituições formadoras (como as universidades), pelos estudantes, pelos profissionais, pelas famílias e pela sociedade - exatamente o inverso do que se verifica nos dias de hoje, com intensidade crescente.

Quanto à Saúde, o sistema vem mostrando a inexcusável importância e consistência dos seus valores e conceitos fundamentais, incluindo a conversão do ministro privatista à causa do Sistema Único (simbolizado pelo uso do colete) assim que a pandemia assomou à porta do seu ministério. Uma comparação com os episódios havidos nos EUA e trazidos ao nosso conhecimento pela imprensa mostra a imensa superioridade do conceito e da organização que prevalece no Brasil. Mas o complexo da saúde, formado pelos seus serviços (e pessoas) e pelos elementos industriais (equipamentos, medicamentos, vacinas), possui fragilidades que criam vulnerabilidades preocupantes. É preciso retomar os esforços para o revigoramento do complexo industrial da saúde e a política industrial tem muito a contribuir nessa direção. A reversão da tendência de empobrecimento tecnológico e industrial do complexo da saúde é uma tarefa de primeira importância e ela abre extraordinárias oportunidades para a emergência e a consolidação de uma miríade de empresas de base tecnológica que vêm sendo formadas em torno de projetos de base científica das universidades e institutos de pesquisa em bom número de unidades da federação. Isso é verificável sobretudo no eixo de equipamentos, também na

área de soluções digitais, e em muito menor medida na de medicamentos e vacinas. Essa fragilidade, que o Brasil precisa superar, não cabe neste programa específico, que está voltado para a criação de soluções de baixo risco que mitiguem os efeitos da pandemia, mas é necessário pensar essa agenda e remetê-la a um horizonte temporal apropriado.

Há dois complementos muito importantes deste vetor organizador das políticas de estruturação do setor produtivo da construção civil, do saneamento e da energia em torno da incorporação de conhecimento: reciclagem e cidades inteligentes. A reciclagem justifica-se em termos ambientais e não precisaria de outras razões para ser alçada à condição de prioridade, mas é verdade que ela tem como bônus propiciar a melhoria das condições de vida de uma quantidade importante de pessoas que possuem rendimentos modestos a despeito de realizarem serviços produtivos e ambientais de grande importância. O desenvolvimento de novas formas de organização dos processos de coleta e reciclagem pode produzir ganhos substanciais em várias frentes: nos índices de reciclagem, na eficiência e nos rendimentos das pessoas que hoje executam essa tarefa produtiva. A ampliação da coleta e reciclagem de resíduos sólidos para novos artigos de consumo (automóveis, eletrodomésticos, calçados, roupas, móveis) poderia contribuir para a criação de um grande número de novos empreendimentos e empregos. A transformação do trabalho incansável de centenas de milhares de indivíduos em energia produtiva organizada em novas bases pode elevar substancialmente os seus rendimentos e ao mesmo tempo propiciar ganhos econômicos para as empresas que transformam resíduos em matérias-primas.

A qualidade de vida nas cidades brasileiras é comprometida por uma série de fatores, inclusive, mas não só, os ligados ao seu gigantismo e à sua dispersão. Por isso, as cidades têm muito a ganhar em termos da qualidade de vida que oferecem aos seus cidadãos pela adoção de novas soluções tecnológicas típicas do universo a que se convencionou designar pela expressão "cidades inteligentes". As soluções características desse universo constituem um terreno que propicia o desenvolvimento de soluções típicas do universo TIC - tecnologias de informação e comunicação. Diferentemente de outros campos de aplicação das TICs, os investimentos em soluções de cidades inteligentes usam elementos de hardware que podem



ser majoritariamente de origem externa (Ásia, sobretudo), mas propiciam o desenvolvimento de arquiteturas e configurações locais para a construção das soluções. Então, o vetor cidades inteligentes da política industrial pós-pandemia, ou se ela se prolongar, para conviver com ela, tem a vantagem de fortalecer o mundo digital brasileiro, sem contudo fazer demandas e exigências inalcançáveis para os padrões de competição desse campo. Afinal, o complexo eletrônico brasileiro possui importantes déficits de competitividade nos produtos finais de consumo e produção em larga escala pela máquina asiática, mas não em soluções locais customizadas para as necessidades e condições locais. O vetor cidades inteligentes tem portanto a grande vantagem de fortalecer uma área em que o Brasil possui déficits e precisa reduzi-los, mas sem com isso onerar o consumo ou o investimento com produtos finais menos competitivos. Pode-se entender que esta ação contribui para o fortalecimento e a dinamização de uma área prioritária, mas os seus déficits competitivos não sacrificam as soluções e nem os usuários dessas soluções. Cidades inteligentes beneficiam o mundo produtor de soluções digitais avançadas, mas sobretudo os moradores das cidades que arcam com ônus de ineficiência em muitas áreas de suas vidas cotidianas. Ganhos de qualidade de vida e de produtividade do trabalho são por isso o benefício mais importante deste vetor da política industrial para o pós-pandemia.

Uma das áreas mais importantes em que o desenvolvimento de soluções inteligentes para as cidades pode trazer ganhos de qualidade de vida é o da segurança pública. Existem já soluções inteligentes que permitem combinar informações de tráfego para prever certos tipos de crimes violentos, mas uma ampliação dos sistemas permitiria resultados muito mais efetivos para a segurança e a qualidade de vida das populações urbanas.

Ainda no universo digital, das tecnologias de informação e comunicação, o sonho (ou a miragem) de um salto brasileiro para a chamada indústria 4.0 (ou manufatura avançada, na denominação que preferem os Estados Unidos) só poderá evitar a armadilha de contemplar a elite industrial brasileira (algumas centenas de empresas) e ampliar ainda mais o fosso que a separa da massa gigantesca de pequenas e médias empresas se houver um esforço muito intenso e massivo de preparação de todas as empresas para o universo das tecnologias

digitais. A mobilização de instituições científicas e tecnológicas, de instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa, de empresas de consultoria tecnológica para esse esforço deveria ser uma prioridade de política industrial e produziria em curto intervalo de tempo resultados substanciais em termos de produtividade, bem como a criação de condições para uma articulação de redes de empresas para avançarem em direção a soluções típicas da indústria 4.0.

As proposições avançadas até aqui são dirigidas especialmente ao mundo urbano e portanto à indústria e aos serviços. Mas há muito o que a política industrial pode fazer pela vida, pela produção e pelo bem-estar das pessoas do campo e das atividades agropecuárias. O canto da sereia da potência agrícola e da imensa competitividade do agronegócio brasileiro é uma ilusão enganosa e cheia de consequências negativas. Que a produtividade agrícola e pecuária brasileira avançou, isso é inegável e representa um fato que merece aplauso. Mas também merece exame, e esse exame deve partir de uma constatação: são poucas as culturas que concentram os grandes ganhos de produtividade, porque concentraram os grandes investimentos da mecanização, dos insumos modernos e dos pacotes tecnológicos voltados para a grande propriedade.  $\frac{7}{8}$  do território agrícola brasileiro está ocupado com apenas 5 culturas, altamente mecanizadas, e em vários casos desenvolvidas tipicamente em grandes propriedades. Mas o universo agrícola brasileiro possui mais de 5 milhões de produtores e a maioria deles está sozinho, ou pelo menos não conta com apoios públicos, ou com os apoios públicos com que contaram os grandes produtores de algodão, cana-de-açúcar, milho e soja em suas trajetórias de modernização. São mais de 5 milhões de agricultores de pequeno porte (ou familiares), que produzem todos os artigos que não suscitaram soluções de mecanização avançada e que, por isso mesmo, trabalham a terra com o seu labor diário e a ajuda pontual de soluções mecânicas. Tanto quanto as cidades inteligentes, estes 5 milhões de pequenos produtores são um imenso mercado potencial para o qual soluções adequadas precisam ser criadas com o apoio dos poderes públicos. Além de produtores de uma vasta gama de produtos, os pequenos agricultores podem ampliar ainda mais a gama de serviços que prestam à sociedade e de externalidades que produzem com o seu trabalho e os seus métodos de produção. É

muito importante dar visibilidade aos problemas técnicos, comerciais e financeiros deste contingente imenso de produtores e famílias. Com isso poderemos desenvolver soluções avançadas, criar oportunidades industriais para essas tecnologias, elevar a produtividade em culturas que não estão no centro do agronegócio das grandes propriedades e promover a qualidade de vida de milhões de famílias.

#### **4. Síntese de proposições para a política industrial após a pandemia**

Este texto debruçou-se sobre o tema da política industrial para o período pós-pandemia com um olhar diverso dos textos e das proposições mais características deste universo, dos defensores e proponentes de políticas industriais como instrumento de promoção do desenvolvimento, por meio de mudanças estruturais. Conhecedor do fato de que o pós-pandemia deverá mobilizar importantes ações de políticas criadoras de demandas, a reflexão buscou identificar áreas em que as ações públicas possam promover a almejada recuperação econômica e, ao mesmo tempo, magnificar os resultados em termos de resolver problemas revelados pela pandemia e que deveríamos, com prioridade resolver ou mitigar. O núcleo estruturante dessa política deveria estar vinculado ao trinômio físico de habitação, saneamento e provimento de energia às famílias carentes. À diferença de uma política de demanda pura e simples, a política proposta enfatiza a incorporação de novas tecnologias e conhecimentos, alçando a construção civil e os serviços associados a um novo patamar de desempenho econômico, em outro patamar de qualidade e de produtividade. O complemento necessário desse trinômio de soluções materiais é o binômio educação e saúde, pensada esta como serviço, mas também como um complexo industrial cheio de potencial e desafios. A promoção da qualidade de vida das cidades e o aumento de produtividade de todas as atividades urbanas pode beneficiar-se fortemente de programas de cidades inteligentes, que encadeiam (para trás) demandas sobre o complexo eletrônico e oferecem (para a frente) serviços avançados, promotores de sucessivas novas oportunidades de transformação produtiva e de consumo.

A frente do emprego pode ser fortemente apoiada por dois conjuntos de ações, uma voltada para a transformação da reciclagem em

atividade organizada em bases produtivas, a outra para digitalização massiva das empresas industriais, comerciais e de serviços. Se a primeira permite ampliar a coleta e elevar os rendimentos das populações que se dedicam de forma precária a essas atividades, a segunda contribui para a restauração da competitividade do setor industrial e para a criação de conectividade no sistema empresarial. A preparação do caminho brasileiro para a indústria 4.0 seria a principal contribuição desta ação para o futuro.

Por último, mas não menos importante, as ações para o mundo rural e agrícola assumem como pressuposto que existe, na grande heterogeneidade do mundo rural e agrícola, uma gama de oportunidades de desenvolvimento produtivo, com efeitos benéficos para 5 milhões de famílias e para os padrões de consumo, potencialmente beneficiados por uma oferta mais diversificada, mais segura e promotora de qualidade nutricional, além de importantes efeitos sobre o ambiente.



## Quadro-resumo: ações, objetivos principais e efeitos secundários da política industrial

Ação	Objetivo principal	Efeitos relevantes
Habitação e Saneamento, Energia	Promoção de qualidade de vida	Empregos e forte efeito multiplicador
Educação e Saúde	Qualidade de vida e promoção social	Desenvolvimento de recursos humanos
Complexo industrial da saúde	Promoção do SUS e da qualidade dos seus serviços	Dinamização de multiplicidade de empresas e oportunidades para empresas de base tecnológica
Coleta seletiva e Reciclagem	Ambiente, cidades	Multiplicação de oportunidades de ocupação e rendimentos
Cidades inteligentes	Qualidade de vida, produtividade, dinamismo urbano	Revigoração das bases do complexo tecnológico de informação e comunicação
Mobilidade	Qualidade de vida, produtividade	Dinamismo urbano, redução das deseconomias de aglomeração, redução de custos de transporte
Digitalização da indústria e dos sistemas empresariais	Produtividade, competitividade, preparação da indústria 4.0	Adensamento dos sistemas industriais e das configurações empresariais, com vínculos dinâmicos e de promoção da produtividade
Agricultura familiar	Promoção social, diversificação agrícola, meio ambiente	Ganhos de produtividade e reduções de preços de alimentos básicos, ganhos indiretos de poder de compra pelas famílias com rendimentos inferiores

A superação da agenda do encolhimento, quando não da amputação, da esfera pública é o pressuposto principal deste conjunto de proposições. A retomada da construção interrompida, para usar uma expressão criada e consagrada por Celso Furtado, exige respeito à Constituição que o Brasil aprovou em 1988 e, com ajustes, permanece em vigor. É ela, e não devaneios que são atribuídos a uns e outros, que preconiza a promoção do desenvolvimento e a redução das desigualdades, bem como um certo número de direitos fundamentais - uma vida digna, trabalho, moradia, educação, saúde, segurança. E se a Constituição preconiza, de fato, a primazia da iniciativa privada, ela admite que o Estado tem um papel suplementar, um conceito que se aplica rigorosamente à criação de empregos: se a iniciativa privada se mostra incapaz de criar empregos em número e qualidade adequados ao bem-estar e à dignidade, cabe aos poderes públicos mobilizarem competências e recursos para suplementarem a criação insuficiente. Neste preciso sentido, a política industrial para o pós-pandemia preconizada nestas páginas, de maneira breve, não apenas cabe na Constituição, como ela viabiliza a sua efetividade para milhões de brasileiros, ajudando a retomar a construção da pátria soberana e para todos.

## Referências

- Almeida, A.O., O Programa Nuclear Brasileiro e o Acordo com a Alemanha: da ambição compartilhada aos interesses fragmentados (1975-1978), São Paulo, tese de doutoramento à FFLCH da USP, 2015
- Amsden, Alice H., *Asia's Next Giant: South Korea and Late Industrialization*, New York, Oxford University Press, 1989.
- Ha-Joon Chang, *The Political Economy of Industrial Policy*, London and Basingstoke: Macmillan, 1994
- Carvalho, Laura, *Curto-circuito: o vírus e a volta do Estado*, Todavia, 2020
- Chandler, Alfred, *Inventing the Electronic Century: The Epic Story of the Consumer Electronics and Computer Industries*, NY, The Free Press, 2001
- Coutinho, L. & J. Ferraz, *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira*, Campinas, Papirus, 1995
- Dweck, Esther (Coord.) e outros, *Impactos Macroeconômicos e Setoriais da Covid-19 no Brasil*, Nota Técnica do Grupo de Indústria e Competitividade do IE da UFRJ, maio de 2020
- Ernst, Dieter and David O'Connor, *Competing in the Electronics Industry: The Experience of the Newly Industrializing Economies*, Paris: OECD Development Centre, 1992
- Hobday, Michael, *Innovation in East Asia: The Challenge to Japan*, Cheltenham: Elgar, 1997
- Johnson, Chalmers, *MITI and the Japanese Miracle: The Growth of Industrial Policy, 1925-1975*, Stanford, Calif.: Stanford University Press, 1982
- Kaye, Harvey J., *The Fight for the Four Freedoms: What Made FDR and the Greatest Generation Truly Great*, NY, Simon & Schuster 2015
- Mazzucato, Mariana, *The Entrepreneurial State: Debunking Public vs. Private Sector Myths*, London, Penguin Books, 2013
- Rodrik, Dani. 1995. "Getting Interventions Right: How South Korea and Taiwan Grew Rich." *Economic Policy* 20 (April): 53-107
- Wade, Robert, "Japan, the World Bank, and the art of paradigm maintenance: The East Asian miracle in political perspective", *New Left Review*, 1/216, maio/junho 1996
- Wade, Robert, *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization* (second paperback edition with a new introduction by the author), Princeton, N.J.: Princeton University Press, 2004
- Weinstein, Barbara, *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*, São Paulo, Cortez Edi

# Le Monde Diplomatique Brasil

## OBSERVATÓRIO DA ECONOMIA CONTEMPORÂNEA

# O fim do novo sindicalismo

por Antonio Carlos Carvalho  
25 de março de 2021

**A** extensa lista de razões da crise do mercado de trabalho brasileiro e do próprio sindicalismo apontam para a principal pergunta desse ensaio: a agenda sindical brasileira atende à realidade da crise do mercado de trabalho causada pela desindustrialização, automação, informalidade e precarização? Confira no novo artigo do Observatório da Economia Contemporânea.

### O mapa da crise

O mercado de trabalho brasileiro vive uma crise dramática. Não há indicador que aponte um cenário positivo para a classe trabalhadora, em curto ou médio prazo. A longo prazo, o cenário pode ser catastrófico. Isso porque as opções político-econômicas do Brasil, no último período, ressaltaram uma tendência neoliberal de desmonte de estruturas de proteção social e regulação do trabalho.

Após o fraudulento impeachment de Dilma Rousseff, a sociedade brasileira assistiu, praticamente inerte, à aprovação da lei de terceirização, à reforma trabalhista, à emenda constitucional de congelamento de gastos públicos, ao fim da política de valorização do salário mínimo, à reforma da previdência, à carteira verde-amarela, entre tantas outras medidas de franca desregulamentação do mercado de trabalho. Esse desmonte, a desindustrialização, a entrega do patrimônio público nacional e a ausência de um projeto de desenvolvimento criam uma soma incapaz de gerar um resultado socialmente positivo.

O neoliberal mais convicto rapidamente correria para afirmar que essas medidas são fundamentais para a modernização da economia, para a flexibilização do mercado e, portanto, para as mudanças necessárias ao Brasil do futuro (sabe-se lá do futuro de quem). É urgente apontar que esse tipo de afirmação é o maior estelionato político-ideológico, vigente no mundo moderno.

Isso porque, no contexto da suposta

modernização, não se fala que o Brasil padece do mal de ser uma das sociedades mais desiguais do mundo. Desigual em renda, em acesso à educação, serviços públicos ou privados de qualidade, e, por consequência, nas condições de disputa digna no mercado de trabalho. Segundo dados oficiais do IBGE, o Brasil terminou 2019 com 94,4 milhões de trabalhadores ocupados e, em 2020, com 85,5 milhões. A desigualdade de gênero também se revela nos dados de desocupação: desde 2012 (início da série histórica da Pnad-C), a taxa de desocupação entre mulheres sempre foi mais alta do que entre homens. No final de 2020, a diferença atingiu seu maior patamar: enquanto a taxa de desocupação entre homens é de 11,9%, a de mulheres é de 16,4%. A mesma situação se repete na diferença do rendimento médio da principal ocupação, quando separados dos gêneros: A renda média do trabalho principal é R\$ 579 maior para os homens. Quando o recorte é de raça, os números são estarrecedores – 72,9% da população desocupada (2020) se declara preta ou parda. A diferença dos dados entre brancos, pardos e pretos também é a maior da série histórica. O desemprego entre os pretos é 7,4% maior do que entre brancos; entre os pardos, 5%.

A taxa de desocupação geral no Brasil, entre 2012 e 2015, flutuou entre 6,2% e 8,9%. Em 2016, ela atingiu os dois dígitos e nunca mais baixou. As taxas de sindicalização também passam pela mesma decadência: em 2012, 16,1% dos trabalhadores ocupados estavam sindicalizados no Brasil. Em 2019 (os últimos números divulgados pelo IBGE), esse contingente era de apenas 11,2%. A queda entre 2012 e 2017 foi de 1,7%. Já a queda entre 2017 e 2019 foi de 3,2%. Esse percentual representa, aproximadamente, 2,5 milhões de trabalhadores a menos sob a representação formal de sindicatos no Brasil. A queda das taxas de sindicalização é um fenômeno mais acelerado que a queda das taxas de ocupação.

Obviamente, as razões do desmonte da estrutu-

ra sindical são relevantes para explicar a queda abrupta das sindicalizações após 2017.

O fim da ultratividade dos acordos coletivos (que causa a interrupção da vigência do acordo coletivo, caso os empregadores se recusem a negociar), o fim do imposto sindical e o combate às outras formas de financiamento, o fim das homologações de rescisão nos sindicatos, a imposição da individualização das relações de trabalho são alguns fenômenos diretamente relacionados a essa queda dramática. Mas a crise do sindicalismo é mais profunda – e mais preocupante do que esses fatores dão a entender.

A estrutura sindical brasileira foi pensada à luz de um período em que o país se preparava para a sua industrialização, menos de cinquenta anos depois da abolição da escravidão e sem que houvesse nenhum esforço consistente de correção do maior crime contra a humanidade ocorrido em solo brasileiro. O racismo estrutural não retrocedeu. A criação da estrutura sindical brasileira aconteceu menos de onze anos depois da primeira vez em que as mulheres puderam votar no Brasil. Essa lógica estruturada, especialmente no que diz respeito ao enquadramento sindical e divisão por categorias profissionais, se manteve ao longo das décadas. As mudanças efetivadas foram importantes, principalmente, para acolher a redemocratização brasileira no contexto sindical (em especial com a lei das centrais sindicais), mas é verdade que os conceitos de categoria profissional, unicidade sindical e a atuação cartorária do Estado no registro dos sindicatos se mantiveram. Se é verdade que a organização sindical reflete a estrutura produtiva, também é verdade que o modelo brasileiro é, no mínimo, de baixa densidade democrática, tendo em vista o monopólio do sindicato único na representação de interesses dos trabalhadores.

O sindicalismo que compreende e adota a democracia o faz muito mais porque acredita politicamente nisso do que por uma imposição do próprio sistema sindical. Não é por acaso que o sindicalismo brasileiro permitiu a criação de fenômenos político-sociais de relevância indiscutível, mas também permitiu a perpetuação de poder, o uso de estruturas para a obtenção de vantagens financeiras e uma excessiva judicialização de conflitos trabalhistas coletivos, em detrimento de construções democráticas de acordos e convenções coletivas. Na mentalidade popular, “dissídio” é a mesma coisa que acordo ou convenção coletiva.

Nesse contexto, boa parte da indústria brasileira concebeu, em suas relações de trabalho, a presença do sindicalismo, inclusive em suas contradições. A estrutura sindical acolheu a dinâmica industrial planejada para o Brasil na primeira metade do século XX, num período no qual a participação da indústria na economia brasileira atingiu índices muito relevantes. A indústria de transformação, nos anos 1980, chegou a atingir 33% de participação no PIB e hoje, mal chega nos 16%. O comércio exterior brasileiro, para essa indústria passou de uma situação superavitária para um déficit que ultrapassa os US\$ 65 bilhões. É inegável que boa parte da crise do sindicalismo se explica pela desindustrialização do país.

Já é sabido que as taxas de sindicalização não acompanharam nem de perto o crescimento da oferta de empregos formais que o Brasil viveu no período Lula-Dilma, até 2012. Esse mesmo período coincide com o aumento do peso do setor de serviços, tanto na economia quanto na oferta de empregos. No entanto, o impacto das novas tecnologias e do neoliberalismo dos anos 1990 deu outra dinâmica ao mercado de trabalho para esse setor — taxas altíssimas de rotatividade, muitos trabalhadores jovens em primeiro emprego e alta pressão da terceirização, ainda que desregulamentada. Essa dinâmica não foi massivamente acolhida pela estrutura sindical, que refletia uma dinâmica industrial fordista e uma dinâmica de serviços anterior ao neoliberalismo (sem falar na ausência de uma estratégia efetiva de atração desse grupo).

O desencaixe entre estrutura sindical e mercado de trabalho se tornou, ao longo dos anos, uma questão dramática no Brasil. E a verdade é que não houve nenhum tipo de consenso político possível para sanear essa questão. Os anos passam, e a temperatura das críticas fica mais amena, mas o fracasso retumbante das iniciativas de negociação tripartite do governo Lula (ainda que tenham avançado em alguns aspectos) é importante para explicar a crise do sindicalismo.

Outro elemento estrutural grave dessa crise é a tendência recente de ultra precarização. Ao final de 2020, o Brasil possuía mais de 76 milhões de pessoas em idade ativa fora do mercado de trabalho, além de 33 milhões de trabalhadores informais. Dentre os 52 milhões de trabalhadores formais, numa análise otimista, é possível dizer que apenas 20% deles representa os sindicalizados, que correspon-



dem a 6% da força de trabalho brasileira. Nesse contexto, é preciso levar em conta a verdadeira campanha de precarização, que se criou no Brasil neoliberal: as dinâmicas do empreendedorismo disfarçam a exploração do trabalhador e a flexibilização draconiana das leis que o protegem, e normaliza relações trabalhistas com cada vez menos direitos.

A crise do mercado de trabalho é muito grave também sob os recortes de gênero e raça, conforme apontado no início do ensaio. A realidade das mulheres e das pessoas negras foi piorada na pandemia, mas essa tendência não é nova. Entre os gêneros, as mulheres pretas, portanto, são as mais afetadas pela crise.. Aqui cabe uma importante afirmação a respeito do trabalho reprodutivo, ou, numa dinâmica mais profunda, o trabalho do cuidado. O trabalho do cuidado é aquele que se responsabiliza pela dinâmica familiar, pela saúde, educação, desenvolvimento pessoal das crianças, alimentação, higiene, enfim, elementos fundamentais à dignidade humana. Quando as condições sociais pioram, o acesso a esses elementos também piora. Por consequência lógica, vivemos uma profunda precarização do trabalho do cuidado e, se entendermos que a divisão sexual do trabalho dá às mulheres esse papel, elas são duplamente precarizadas pela crise. Pagam duas vezes pelo crime alheio e sofrem com o aumento da violência doméstica.

O último elemento dessa crise é o avanço tecnológico, porque esse é também um drama mundial. O livro Quatro futuros – A vida após o capitalismo aponta a existência de um banco de dados produzido pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos que, numa perspectiva conservadora, demonstra que 47% dos empregos atuais daquele país estão sujeitos a se extinguirem por conta da automação. Perspectivas mais flexíveis (em especial numa janela de tempo maior) fazem esse dado chegar a 80%. Um exemplo preocupante para o Brasil é a automação dos serviços de call center, que representam uma demanda considerável de trabalhadores no setor de serviços e que pode deixar de existir.

Essa automação se dá através das múltiplas iniciativas de criação de inteligência artificial (AI), uma das maiores características do que se convencionou chamar de revolução 4.0. As AIs serão, certamente, responsáveis por substituir, em larga escala, grande parte do trabalho que hoje é humano no setor de serviços. O final dos anos 1990 e início dos anos

2000 já viveram uma tendência parecida: o uso da tecnologia para o processamento de dados em larga escala foi responsável pela extinção de departamentos inteiros, em diversas empresas. Essa extensa lista de razões da crise do mercado de trabalho brasileiro e do próprio sindicalismo apontam para a principal pergunta deste ensaio: a agenda sindical brasileira atende à realidade da crise, causada pela desindustrialização, automação, informalidade e precarização?

### **“O velho está morrendo e o novo não pode nascer”**

É preciso questionar a capacidade da estrutura sindical atual para compreender os problemas atuais. E esse questionamento precisa ir além da afirmação de que o Brasil não viveu sequer duas décadas sob a luz de um modelo de desenvolvimento voltado à eliminação das desigualdades estruturais. É até possível que o defensor da atual agenda sindical promova o debate sobre desindustrialização, avanço da tecnologia sobre o número de ocupados, o combate às medidas que favoreceram a informalidade e a precarização, mas é inequívoco que ocorreram iniciativas contundentes nesse sentido nos últimos anos. A demanda por essas iniciativas, inclusive, levaram as centrais sindicais e os principais sindicatos do país a uma histórica greve geral em 2017.

Também são inequívocos os enormes transtornos causados pela reforma trabalhista na estrutura sindical. Muitas estruturas sindicais encerraram suas atividades, perderam sedes, estruturas, capacidade de manutenção de folha salarial, e gastaram muito tempo de reação para se reorganizar administrativamente ante a nova realidade financeira. Há estudos, principalmente de pesquisadores ligados ao CEAS e ao CESIT, que em 2018 já apontavam as reações dos sindicatos à reforma trabalhista: (i) de defesa das estruturas sindicais, (ii) sem uma estratégia comum, e (iii) com raras inovações sob o ponto de vista de reorganização administrativa, quase sempre para o saneamento das finanças das entidades. Qualquer semelhança com as empresas em momentos de crise econômica não é mera coincidência.

Não é mera coincidência, que, entre tantas questões, o sindicalismo brasileiro não tenha dado a necessária iluminação a uma dinâmica muito comum às sociedades capitalistas democráticas: o processo produtivo influen-

cia, sobremaneira, a forma de organização sindical. Se há mudanças no processo produtivo, há mudanças na dinâmica da vida dos trabalhadores, e é absurdo imaginar que isso não cause impacto na estrutura dessa organização. E pior: as mudanças no processo produtivo guardam profunda relação com o avanço dos interesses neoliberais no Brasil. Parece quase óbvio que as alterações da estrutura produtiva dentro de um contexto neoliberal tivessem, entre outras consequências (ou objetivos), o enfraquecimento da representação sindical.

A crise do sindicalismo não foi criada pela reforma trabalhista. A reforma trabalhista só foi possível, entre outras coisas, porque havia uma crise democrática e, simultaneamente, sindical. A relação entre a defesa coletiva da classe trabalhadora e a democracia já não guardava a legitimidade social capaz de impedir que um projeto de lei tão mal intencionado fosse tão facilmente aprovado, como foi.

A autoproteção das entidades sindicais e os esforços de reestruturação são reflexos quase automáticos das entidades. E seria absurdo dizer que isso não deveria ter sido feito. Mas é preciso que se afirme a profundidade da crise a partir do momento em que não é possível verificar nenhuma alteração significativa da estratégia ou da agenda sindical que priorize a classe trabalhadora.

O mundo mudou, a classe trabalhadora mudou, a crise é profunda e grande parte do movimento sindical se importa, prioritariamente, com as finanças e a proteção institucional das entidades. O arcabouço de justificativas para esse cenário vai desde o próprio interesse privado dos dirigentes até o fato de que, sem reestruturações administrativas, as entidades teriam suas folhas de pagamento e sua própria existência inviabilizadas.

A questão, no entanto, não é a justificativa da reação dos últimos três anos. A questão é a hiperdependência estratégica de institutos sindicais, cuja raiz democrática é minimamente discutível, como o imposto, a unicidade, o enquadramento e o registro sindicais. Há que se discutir, também, o quanto os avanços sob o ponto de vista da renda dos trabalhadores nos períodos Lula e Dilma acomodaram a agenda sindical ante as profundas transformações sofridas pelo mercado de trabalho brasileiro, que já vinham acontecendo.

Há que se discutir porque o movimento sindical brasileiro diminuiu, drasticamente, a defesa de pautas como a liberdade sindical e a

auto regulação do financiamento das entidades pelos trabalhadores, o fortalecimento de um sistema de negociação coletiva, o trabalho decente, um modelo de desenvolvimento que tomasse o trabalho como central (e não o tripé macroeconômico neoliberal), a sustentabilidade ambiental, a democracia sindical e a fundamental, mas nunca conquistada, reforma estrutural da organização sindical. É até hoje inexplicável que, sentadas às mesas de negociação da reforma trabalhista e vislumbrando o fim do imposto sindical, não tenha havido um esforço conjunto das centrais sindicais para a simples aprovação, nesse contexto, da liberdade sindical. Ao perderem o dinheiro do imposto sindical, por que não se discutiu o fim da unicidade sindical? Ao perderem o dinheiro do imposto sindical, por que não defenderam o fim do registro sindical regulado?

Parafraseando Nancy Fraser em sua obra de 2020 (que dá o título da segunda parte deste ensaio), o velho movimento sindical se recusa a morrer e não há um novo para nascer. Talvez a grande pergunta a se fazer nesse contexto seja: como criar a desejada consciência de classe/coletividade numa sociedade que privilegia a competição, a hipocrisia da meritocracia e o individualismo?

Essa dinâmica desagradada profundamente o setor progressista, mas é fato que ela guarda posição francamente hegemônica no mercado de trabalho brasileiro. A vida dos trabalhadores é tomada por noções de especialização (desde a divisão da educação escolar por disciplinas), por uma dinâmica econômica que torna a vida do trabalhador uma experiência falsamente única. Essa falsa dinâmica é, muitas vezes, endossada pelo fetiche do consumo e sua distinção, pela privatização do espaço público, pela derrocada do Estado forte no contexto das privatizações, pela meritocracia que esconde as desigualdades estruturais criadas pela exploração do trabalho, pelo racismo e pelo machismo, e, mais recentemente, pela hiperconectividade causada pela internet e pelas redes sociais.

Qual foi a resposta efetiva da estratégia sindical para esses dilemas?

É praticamente inequívoco que há uma profunda transformação da classe trabalhadora brasileira. Mas não há uma profunda transformação na agenda sindical. Essa conta não vai fechar.

Mas uma coisa não mudou. E talvez daí nasça o novo. A desigualdade estrutural no





**ANTÔNIO CARLOS CARVALHO**  
ADVOGADO E CONSULTOR DO  
GRUPO DE CONJUNTURA DA FPA

Brasil segue vivíssima e o ambiente do trabalho também revela essa “vitalidade”. As maiores denúncias que se relacionam com as desigualdades estruturais no mundo, hoje, se apresentam através do combate ao racismo e ao machismo estruturais. Alguns, certamente influenciados pelas armadilhas ideológicas criadas pelo neoliberalismo, resolveram dizer que as “pautas identitárias” seriam um problema à “consciência de classe”. Como se o feminismo e a luta antirracista tivessem inventado o individualismo no mundo. Como se Ângela Davis (e essa é um exemplo, entre tantas outras), ao contrário, não tivesse dito, desde sempre, que as lutas de classe, de gênero, e de raça são indissociáveis.

As discussões a respeito da integração dessas pautas foram, ao longo dos anos, partindo da ideia de “ser um segundo passo após o socialismo”, para virarem “transversais”, e quando a interseccionalidade ganhou força política, veio a ideia do identitarismo, “salvando” uma massa silenciosa racista e machista que sobrevive às sombras do sindicalismo brasileiro. O silenciamento dessas pautas na sua extrema conexão com o mundo do trabalho isolou lutas que avançaram, com diferentes graus de institucionalidade e com extrema representatividade, apesar, ou por fora do sindicalismo.

Em que medida é possível que a estratégia seja revisada nesse sentido? É impossível saber. É possível prever apenas que esse contexto de crise profunda, somado às principais pulsões político-sociais existentes nessa quadra da história, precisam perpassar uma necessária agenda de reorganização das lógicas e das estruturas sindicais, da própria noção de adequar as representações a partir do contexto produtivo atual, e que tudo isso seja antirracista, feminista e contra toda e qualquer desigualdade.

O velho está morrendo. E essa consequência inexorável da vida humana fica um pouco mais nítida quando se vislumbra a média etária dos dirigentes sindicais brasileiros. Entender que o novo ainda não pode nascer é quase um alívio para o sindicalismo brasileiro. Porque, se o novo nasceu em outro lugar, o destino do sindicalismo que conhecemos pode ser exclusivamente as páginas dos livros de história, porque nas capas dos jornais ele já não está mais.

### **Antônio Carlos Carvalho**

é advogado e consultor de entidades sindicais.